

RE

ESCOLA informação

N.º 276 nov./dez. 2016 . MENSAL . 0,50€

Agir sindicalmente no novo contexto político

Assembleia Geral de Sócios aprova moção



LEITURAS



Cohen, G.A.

Socialismo Porque Não?

Gradiva, Lisboa, 2016

G. A. Cohen, filósofo político canadiano (1941-2009) imagina um hipotético acampamento que representa uma sociedade socialista em miniatura: propriedade comum, partilha voluntária de tarefas em vez de uma divisão de trabalho imposta, ausência de hierarquia, autorresponsabilização e reciprocidade no lugar das trocas e relações pecuniárias. O acampamento imaginário assenta em dois princípios: o princípio igualitário e o princípio comunitário. O primeiro pode permitir certas desigualdades nos resultados alcançados, enquanto o segundo visa restringi-las ao mínimo, sendo por isso considerado pelo autor como o princípio socialista por excelência.

Para Cohen, a igualdade é concebida como igualdade de oportunidades. Distingue fundamentalmente três formas: a igualdade de oportunidades burguesa, a igualdade de oportunidades da esquerda liberal e a igualdade de oportunidades socialista, que rege o hipotético acampamento. A primeira limita-se a eliminar as desigualdades de estatuto social, formais e informais, como por exemplo, as que submetiam um indivíduo, desde o nascimento até à morte, a uma determinada condição: por exemplo, o servo medieval perante o senhor feudal. A segunda pretende corrigir as desigualdades resultantes das circunstâncias e origem social dos indivíduos através de uma educação universal, acessível a todos. O limite destas duas formas de igualdade está em que são incapazes de evitar que os resultados alcançados pelos indivíduos sejam fortemente diferenciados, apesar de a segunda ser mais corretiva do que a primeira. A igualdade de oportunidades socialista tem como objetivo corrigir a desigualdade dos pontos de partida. Isto significa que esta deixa subsistir apenas aquelas formas de desigualdade que são fruto ou da contingência das circunstâncias ou que resultam de 'más' escolhas ou escolhas 'irresponsáveis' do indivíduo. A igualdade de oportunidades socialista é também incompatível com as desigualdades de mercado, já que se baseia no princípio da comunidade ou da

reciprocidade, que lhe serve ao mesmo tempo de princípio autocorretivo: ao contrário da troca monetária em que predomina o interesse pecuniário e a ganância, comprar para vender mais caro, a reciprocidade é um dar e receber, uma partilha de serviços e atividades em que cada um concebe o outro como fim e não como meio. Como tornar socialmente viável este princípio, tendo em conta que as trocas e o mercado parecem atualmente constituir um horizonte inultrapassável e que mesmo um socialismo de mercado acaba por ser incompatível com o princípio da reciprocidade, conduzindo a novas desigualdades? Embora Cohen não tenha resposta para este dilema, admite, citando Einstein, que "o socialismo é a tentativa da humanidade de «ultrapassar e passar além da fase predatória do desenvolvimento humano»" (p. 81). Por isso, nunca se deve desistir de tentar construir uma sociedade mais justa, inclusiva e humana: este é o projeto socialista no mundo atual onde novos monstros despontam. ■

Joaquim Jorge Veigunha

Errata:

O artigo, publicado nas páginas 21-22 do número de setembro do E-I, com título "Mama Suma" deve ler-se "Mama Sumae". Apresentamos as nossas desculpas aos leitores por este lapso.

Combater a precariedade, dignificar a profissão

Há cerca de 100.000 trabalhadores na Administração Pública com vínculo precário. Muitos deles são professores e educadores que cobrem necessidades permanentes dos estabelecimentos de ensino. Esta situação arrastase há anos e anos sem que qualquer passo tenha sido dado com vista à sua resolução. O Orçamento de Estado para este ano de 2016 abriu uma primeira janela, no bom sentido, ao falar de uma “estratégia plurianual de combate à precariedade”. Porém, em termos de medidas efetivas, até hoje nada se viu. O acordo agora firmado entre o PS, o BE e o PCP, no âmbito da discussão na especialidade da proposta de OE para 2017, que pretende criar as condições necessárias para combater a precariedade na Administração Pública, poderá levar finalmente a soluções palpáveis para o problema. Ainda que de forma faseada.

A dimensão do problema é brutal. Só entre os Educadores de Infância e os Professores do Ensino Básico e Secundário existem mais de 20.000 contratados a prazo. Destes, cerca de metade têm mais de 10 anos de serviço. Por outro lado, os Docentes do Ensino Superior e Investigadores, apesar de algumas medidas positivas postas em prática pelo atual Governo, continuam a engrossar de forma muito significativa as fileiras da precariedade. A juntar a tudo isto, tanto o IEFP como as atividades desenvolvidas no âmbito das AEC continuam a torpedear as normas fundamentais dos contratos de trabalho, muitas vezes recorrendo ilegalmente aos “recibos verdes”.

A precariedade é um dos componentes da receita neoliberal para o “sucesso” da economia com mais poder destrutivo sobre a vida social, económica e familiar dos trabalhadores. Essa receita, embrulhada como “reforma fundamental”, sob a designação genérica de “flexibilização das leis laborais”, já fez várias investidas no Código do Trabalho, desde 2003, tendo produzido uma clara diminuição dos direitos dos trabalhadores, um aumento da precarização e uma desvalorização do trabalho.

O problema é global e tem de ser combatido sem tréguas. Entre as sociedades ocidentais, todos nos lembramos que a última década de “sucesso” da economia americana (a década de 90 do século passado) assentou numa brutal desvalorização do trabalho, que conduziu a uma proletarização da classe média e a um aumento exponencial dos rendimentos das classes altas. A qualidade do emprego caiu a pique e a exploração do trabalho regressou a níveis anteriores à 2ª Guerra Mundial. Já na Europa, mais propriamente na Alemanha, a primeira década deste século assistiu a uma violenta perda de direitos dos trabalhadores, com predomínio da desvalorização salarial e aumento da precarização.

Relativamente aos professores e educadores, as alterações ao diploma dos concursos assumem importância fundamental para o verdadeiro combate à precariedade e à desvalorização salarial. Estamos todos convocados para obrigar o Governo e o Ministério da Educação a dar passos decisivos na direção certa. ■

ficha técnica:

Diretor: José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista). **Fotojornalista:** Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** CLIO BY RIP-ARTES GRÁFICAS, LDA. Rua do Rio, 28-Parque Industrial da Bajoca, Sacotes, 2725-524 Mem Martins. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Exigências de uma Gestão Democrática

14 Cidadania

Extrema-Direita na Casa Branca

15 Reportagem

Promover a leitura nas suas várias vertentes

18 Escola/Professores

18. Administração Pública, Plataforma Reivindicativa Comum para 2017

19. FENPROF apresentou propostas no sentido de valorizar o exercício dos docentes

20. Agir sindicalmente no novo contexto político

20. Justiça para os professores contratados

21. Professores reclamam resolução de ilegalidades na carreira docente

21. Regime de Concursos Docentes

21. Administração Pública em Luta

22. Internet e professores

23. Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação

25. O lançamento simbólico do barquinho chamado NADA

26. “Jogam com as nossas vidas”

27. Breve visita a Mário Dionísio

29 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Formas de extinção do vínculo de emprego público (efetuado por motivos disciplinares)

Luz e Trevas nas redes sociais

A dirigente Paula Rodrigues, na notícia do dia de 28 de novembro, chamou a atenção para uma entrevista à cientista política alemã Anita Gohdes, divulgada no Público online, sobre o papel das redes sociais. A cientista aponta as virtudes e os perigos destas redes. Entre os perigos ela inclui “serem uma plataforma excelente para os populistas disseminarem a sua mensagem de forma muito eficaz”; servirem “os que representam interesses não-democráticos ou autocráticos”; e considera que criam o que ela chama “ilusão de informação perfeita”, que é acharmos que, por causa das redes sociais, sabemos rigorosamente tudo o que se está a passar no mundo”. Anita Ghodes não é contra as redes sociais, bem pelo contrário.

Os sindicatos, nomeadamente o SPGL, esforçam-se por fazer um bom uso das redes sociais, que utilizam para uma atualizada informação junto dos seus sócios. Mas a esta persistente informação não tem correspondido uma maior capacidade de mobilização; caso contrário não assistiríamos a Assembleias Gerais de Sócios com 70 presenças, como aconteceu no dia 24 de novembro. Entenderão os sócios que uma informação constante e atualizada torna desnecessária a participação “no terreno”? Por outro lado, todos nos lembramos que através das redes sociais se convocaram, nos anos de chumbo da presença da “troika”, manifestações e concentrações com elevado sucesso, com uma eficácia maior do que convocadas pelos sindicatos, o que parece um perigoso sintoma – o de uma certa descrença nos sindicatos, a apologia da desburocratização e do improvisado. Mas também sabemos como rapidamente os movimentos então criados se extinguíram sem deixar rasto...

No momento atual, as redes sociais estão a ser usadas pela direita na sua campanha contra o ministério da Educação, transformado num dos seus alvos de ataque preferidos.

Torna-se pois imperioso que os sindicatos reflitam para descobrir como fazer um uso inteligente das redes sociais, de modo a que a abundância da informação funcione como um impulso para a ação “no terreno” e de saber como travar, com superior eficácia, os ataques, por via informática, da direita, nomeadamente, nos tempos atuais, contra o ministro Tiago Brandão Rodrigues e contra a FENPROF. Tarefa nada fácil.

A propósito: visite todos os dias www.spgl.pt.

Miguel André

**Regime de Concursos:
Proposta do Governo
é inaceitável**

PÁGINA

21

■ Exigências de uma Gestão Democrática

“A gestão e administração dos estabelecimentos de ensino públicos é uma das áreas que assume atualmente uma importância relevante na vida das escolas”, salientou o Presidente do SPGL, na entrevista que integra este dossier e que aborda algumas questões mais complexas.

No dossier, o tema é trabalhado de várias perspetivas, sempre com o fito na necessária democratização da escola. Pelo seu valor intrínseco. Mas também, como sublinha Manuela Mendonça, porque “o modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas e a escola (...) é o principal espaço de realização dessa aprendizagem”.

É fundamental assegurar condições que permitam a participação efetiva dos docentes



Entrevista com

José Alberto Marques

Presidente do SPGL

“Existem 3 princípios fundamentais de que depende a vida democrática das escolas e que é urgente assegurar: a democraticidade na eleição e funcionamento dos órgãos, a separação e complementaridade destes e a autonomia efetiva das escolas”. Este o ponto de partida, destacado por José Alberto, em entrevista da EI sobre a gestão democrática das escolas, em que esta questão central é abordada de diversos ângulos.

E.I. - No atual modelo de gestão e administração, quais os aspetos que é prioritário alterar?

A gestão e administração dos estabelecimentos de ensino públicos é uma das áreas que assume atual-

mente uma importância relevante na vida das escolas, quer pela forma como influencia as relações de trabalho quer pelo clima que gera na escola.

As alterações legislativas introduzidas ao regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, particularmente a partir de 2008 (exemplo o Decreto-Lei n.º 75/2008), traduziram-se num grave retrocesso nas práticas democráticas das escolas, contrariando inclusivamente o que está estipulado na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Respondendo à questão concreta que me é colocada, existem 3 princípios fundamentais de que depende a vida democrática das escolas e que é urgente assegurar: a democraticidade na eleição e funcionamento dos órgãos, a separação e complementaridade destes e a autonomia efetiva das escolas.

Para que estes princípios se concretizem é fundamental assegurar condições que permitam a partici-

pação efetiva dos docentes entre outros, nas tomadas de decisão, garantindo desta forma a promoção de uma escola pública e democrática.

As escolas necessitam que aquilo a que chamamos ensino-aprendizagem esteja no centro das nossas preocupações, que a definição dos critérios pedagógicos e científicos seja assumida como o que de mais importante existe na sua vida interna, que o tratamento de questões burocráticas/administrativas não se sobreponha à função primordial da escola.

Intervir na definição de uma parte curricular (sem pôr em causa o currículo nacional), definir o seu modelo de organização, nomeadamente na composição e competências das estruturas de gestão intermédias, nos créditos horários, no desenvolvimento de projetos, ... são competências que permitiriam efetivamente uma maior autonomia das escolas. Autonomia essa que lhes permitiria desempenhar melhor a sua função, que é a de proporcionar o acesso a uma escola de qualidade a todos os alunos,

independentemente da sua situação socioeconómica.

Como mobilizar os professores para participarem na gestão? Sabemos que a dificuldade de constituir listas sólidas foi uma das razões invocadas para o abandono do anterior modelo...

Tenho consciência de que o modelo em vigor até 2008 não era perfeito, faltava autonomia efetiva às escolas, os incentivos para assumir funções de direção não eram atrativos, situações houve em que a influência de alguns grupos nas tomadas de decisão limitou a participação coletiva. Todos estes fatores levaram a que os docentes se fossem afastando do governo das escolas.

E o que veio a seguir teve o propósito de afastar definitivamente a possibilidade de intervenção democrática dos professores nas decisões.

Depois de, em 2007, ter procedido a uma alteração do Estatuto da Carreira Docente que dividiu os professores em duas categorias, faltava ao Ministério da Educação (ME) conjugar este diploma com outro modelo de gestão e administração, que assegurasse que as estruturas de direção das escolas seriam executoras obedientes das orientações emanadas da administração educativa central. O que veio a acontecer, apesar da luta de muitos docentes e das suas organizações representativas.

O modelo que propomos estará em discussão nas escolas, com os docentes, durante o mês de janeiro de 2017. Acredito que os nossos colegas participarão ativamente neste debate e ajudarão o SPGL/FENPROF na construção de um modelo democrático de administração e gestão das escolas.

E como mobilizá-los para o “confronto” com o ME que parece querer apenas alterações pontuais ao atual modelo?

Neste momento só a nossa proposta está sobre a mesa para discussão nas escolas. Em fevereiro, quando entregarmos as propostas consensualizadas com os docentes no Ministério da Educação, analisaremos a situação concreta que se nos colocar e, em conjunto

com os nossos colegas, decidiremos o que fazer.

Como prevê a posição dos diretores neste debate?

Pelo contacto que estabeleço com muitos diretores de escola, penso que a maior parte deles concorda com as propostas que apresentamos. Não podemos esquecer que muitos participaram na construção do modelo que propomos. Grande parte dos Diretores defende a colegialidade no funcionamento dos órgãos, na medida em que esta permite a construção de consensos e a partilha de responsabilidades. Mesmo com o atual modelo, sabemos que alguns diretores privilegiam práticas de trabalho em equipa, estabelecem relações positivas e continuam a auscultar as sensibilidades dos atores internos e a delegar competências.

O modelo defendido pela FENPROF será adequado face aos atuais mega agrupamentos?

Não. Ao recolocarmos em discussão pública este tema, sobre a direção e gestão das escolas, pretendemos também alargar o debate, englobando nele toda a rede escolar. É urgente reverter o processo de constituição de agrupamentos e mega-agrupamentos, criados em unidades orgânicas sem qualquer racionalidade pedagógica. É necessário privilegiar uma gestão de proximidade em detrimento de uma gestão à distância, com consequências altamente negativas, que levou à desumanização dos espaços, à impessoalidade nas relações, à descoordenação pedagógica, a uma maior morosidade dos processos, a uma imensa sobrecarga de trabalho e a um brutal aumento da burocracia e da conflitualidade.

Defendemos escolas de média dimensão e que as escolas se possam associar por vontade própria em função de objetivos educativos e pedagógicos, em detrimento do atual modelo de organização da rede de formato único, imposta pela administração e ditada por imperativos economicistas.

Que pensa sobre a eventual utilidade dos “Conselhos Locais de

Educação”, defendidos no projeto da FENPROF, se funcionarem bem os conselhos municipais ou de freguesia?

Os Conselhos Locais de Educação devem ser estruturas de representação ampla e de grande pluralidade de interesses, onde os municípios devem ter um papel importante mas não determinante. Esta é a característica principal que distingue a nossa proposta. A questão que colocamos não é do plano da semântica, tem implícito o entendimento de que os Conselhos Locais de Educação devem ser órgãos com uma composição diferente, com competências próprias mais alargadas, em que as decisões resultem da efetiva participação democrática de todos.

Que aspetos (positivos e negativos) sublinharias quanto à gestão das escolas por onde tens andado?

Alguns diretores, até pelas suas características pessoais, contrariaram, na prática, o atual modelo de gestão e os procedimentos (em alguns casos de prepotência pura) que permite. Continuaram a privilegiar o funcionamento colegial, nomeadamente na eleição dos membros que integram alguns dos órgãos da escola e tomadas de posição partilhadas.

Aspetos negativos há muitos. Do meu ponto de vista, o principal é o abuso de poder que este modelo potencia, o que, em alguns casos, gera crescente insegurança e medo nos docentes.

Mas, mesmo com o atual modelo, a tutela tem distorcido aquilo que está consagrado na legislação, como ficou patente no processo de delegação de competências para as autarquias, “Aproximar Educação” (municipalização). Neste processo, os docentes ficaram completamente à margem na tomada de decisão, sendo os diretores os principais intervenientes e interlocutores, juntamente com as autarquias. O Conselho Geral, órgão de direção das escolas a quem competia avaliar o impacto da delegação de competências para as autarquias, foi, na maior parte dos casos, ignorado neste processo. ■

Gestão Escolar: mobilizar os professores para a democratização da escola

• Óscar Soares

Membro do Conselho Geral do SPGLI

Passados que são 8 anos da entrada em vigor do Decreto-lei 75/2008, que institucionalizou a figura do Director, importa verificar se o objectivo que lhe foi fixado, de criar novos líderes na gestão das Escolas, foi alcançado e em que circunstâncias:

- O ambiente das Escolas melhorou?
- As condições de trabalho são melhores para os Professores e outros Trabalhadores da Escola?
- E, finalmente, para os Alunos, o que mudou?

A estas questões é fácil responder pela negativa:

A concentração de poderes na pessoa do Director proporcionou genericamente o aparecimento do autoritarismo e o desenvolvimento de situações de insegurança e de medo. De facto, a existência de casos de represálias face a manifestações de independência crítica, arrastou a degradação do ambiente e das condições de trabalho, sem que para os alunos resultasse uma Escola melhor.

Não se devem culpabilizar os Directores por este facto. Ele é uma característica do modelo, pois este acentua o isolamento do Director face aos Professores da Escola, ao mesmo tempo que os Directores tendem a transformar-se em executantes da estrutura político-administrativa do Ministério da Educação.

Assoberbados pelas muitas tarefas a desenvolver, os Directores tendem com frequência a culpabilizar

os professores, por alegadamente não trabalharem o suficiente, ou por, de qualquer forma, “incomodarem”, chegando a tomar posições que nunca pensariam vir a tomar antes de assumirem esse cargo. Esta característica do modelo de gestão em vigor, que muito penaliza as Escolas, urge ser ultrapassada, pois é um dos aspectos mais prejudiciais e de piores consequências, arriscando tornar-se num processo de fabricar ditadores, a que só poucos conseguem resistir.

As respostas a esse problema consistirão na elegibilidade e na colegialidade do funcionamento dos órgãos, que limite o isolamento do Director e a sua dependência das estruturas do Ministério da Educação.

A FENPROF apresentou um conjunto de propostas que visam resolver esse problema. Elas são porventura demasiado detalhadas, mas parece estarem no caminho certo, sendo que o fundamental é *definir o essencial do modelo alternativo que se apresenta*, não nos deixando prender por situações pontuais que tenham várias respostas possíveis.

Procurarei nesses termos simplificar o modelo, que já foi apresentado nomeadamente no Jornal da FENPROF de Setembro, tentando separar o que é essencial nas suas linhas principais do que é acessório e conjuntural:

Conselho de Direcção

Assim, o Órgão Máximo da Escola será o seu *Conselho de Direcção*, que, integrado por professores eleitos em Lista pelos seus pares e pelo pessoal não-docente, tem como seu primeiro candidato o futuro Presidente do Conselho

de Direcção, pois não faz sentido chamar-lhe director, já que o seu poder aparece limitado pela colegialidade do órgão.

O Conselho de Direcção integrará ainda um representante do Pessoal não-docente, um representante dos Pais/Encarregados de Educação, eleito por estes, o que parece preferível a que seja indicado pela respectiva Associação - caso exista - solução que, no entanto se admite como possível.

Do mesmo modo para dois representantes dos alunos do Ensino Secundário, eleitos pelo Plenário dos Alunos ou indicados pela respectiva Associação de Estudantes, caso exista.

O Conselho de Direcção terá competências em todas as grandes decisões que se colocam à Escola, quer seja no âmbito da política educativa, quer no que respeita a questões pedagógicas, quer ainda a nível orçamental e administrativo.

Convém estabelecer, neste âmbito de competências, os limites do poder da escola e do Ministério: por exemplo, nos Currículos a adoptar com a componente geral da responsabilidade do Ministério e nos Currículos específicos da escola a serem definidos por esta.

No que respeita ao Orçamento da Escola, também devem ser estabelecidas regras claras em função da realidade desta, de forma a evitar possíveis, e muitas vezes reais, arbitrariedades.

O Conselho de Direcção, para além de funcionar em Plenário, organizar-se-á integrando os seus membros por Secções com funcionamento autónomo:

- a) Secção pedagógico-científica - Constituída em exclusivo por Professores e Educadores, com

competências no domínio da direcção pedagógica e dando continuidade às estruturas pedagógicas intermédias da Escola, que nela se encontram representadas, em aspectos como a gestão dos Currículos e Programas, constituição de Turmas, elaboração dos Horários, avaliação do desempenho de Professores e Educadores na organização dos Planos de Formação do Pessoal Docente, etc.

b) Secção sócio-educativa - Constituída por Professores, Pais/Encarregados de Educação, Pessoal não-docente. Os seus membros integram-na em representação das estruturas intermédias da Escola, com competências na definição de Actividades Extra-curriculares, Culturais e Desportivas. A sua constituição e competência adapta-se às características da Escola, nomeadamente do sector de ensino a que ela pertence.

c) Outras Secções podem ser criadas, dentro da autonomia de que a Escola goza, a que corresponde a respectiva responsabilização.

Os membros do Conselho de Direcção assumem-se ainda como um verdadeiro órgão executivo, competindo-lhe a gestão diária da Escola e a concretização das orientações tomadas.

Conselho Administrativo

Emanado do Conselho de Direcção, existirá o Conselho Administrativo, integrando dois professores membros do Conselho de Direcção e o Chefe do Pessoal Administrativo, com responsabilidades aos níveis financeiro e administrativo e procurando o necessário equilíbrio entre as competências pedagógicas do Conselho de Direcção e as suas competências e responsabilidades próprias no campo orçamental e administrativo.

Conselho Local de Educação

A FENPROF propõe, para coordenar a intervenção das Escolas em assuntos de interesse local e a necessária interacção com o Ministério, um órgão de nível, por princípio, concelhio, mas que pode ter outro âmbito geográfico, como por exemplo abarcar vários pequenos

concelhos: o *Conselho Local de Educação*.

Este Conselho tem competências próprias bem definidas, entre as quais destacamos:

- . Organização da rede escolar.
- . Adopção de componentes curriculares locais.
- . Mobilização de recursos para acção educativa.
- . Estabelecimento de protocolos com instituições públicas, privadas ou cooperativas no âmbito da acção educativa.
- . Elaboração de projectos de intervenção educativa para o nível local.

E ainda outras competências a nível local e implicando a intervenção de várias Escolas e do Município, no respeito pela Lei Geral, pela qual são responsáveis, e de que os representantes da Administração Educativa são a garantia.

Este Conselho integra representantes das Escolas, representantes do Município, representantes das Associações de Pais/Encarregados de Educação, Representantes dos Centros de Formação das Associações de Escola, representantes das Estruturas Sociais e das entidades económicas, culturais, científicas, recreativas e desportivas.

Deve assinalar-se que a participação no Conselho Local de Educação de representantes destas entidades é especialmente importante e vai ao encontro dos seus interesses e da sua disponibilidade. Assim, a constituição deste órgão deve ter em conta o risco de, sendo demasiado pesada, se tornar inoperacional, pelo que o seu número máximo de membros deve ser limitado.

A responsabilidade da criação deste órgão será da Administração Educativa. Em instalações por ela indicadas.

Competirá ainda à Administração Educativa garantir aos membros deste Conselho a possibilidade de reunirem regularmente em horário laboral, pois é essencial dar aos órgãos condições de funcionamento.

Como agir

Não é um processo fácil o da Democratização da Escola Portuguesa, pelo que se exige uma aturada reflexão sobre o modo como agir

para o levar a bom termo.

Para já, vai exigir a participação empenhada da classe docente. Se esta souber actuar criativa e empenhadamente, será possível avançar no sentido da democratização da nossa Escola, não bastando ter propostas concretas, mas também um processo de mobilização dos professores e da opinião pública.

Espero pois que a minha participação seja acompanhada da de muitos outros, tornando mais fácil à Direcção do SPGL e ao Secretariado Nacional da FENPROF desenvolver um processo negocial e reivindicativo com sucesso.

Como hipótese de trabalho, deixo algumas possibilidades de actuação, que me parecem importantes para impor o tema da Gestão Democrática em futuro processo negocial:

A mobilização dos Professores e a sensibilização da opinião pública são condições necessárias para permitir a obtenção de resultados: ou seja, estas deverão conseguir levar à revogação do Decreto-lei 75/2008 e à sua substituição por uma legislação que vá ao encontro do que propomos.

Para isso é necessário:

- 1 - Alargar o debate ao maior número de professores.
- 2 - Obter a participação dos Professores para a publicação de artigos sobre a matéria, nos órgãos de comunicação social nacionais e regionais.
- 3 - Apresentar oficialmente as nossas propostas aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República.
- 4 - Lançar uma grande iniciativa pública de apresentação das nossas propostas, para a qual se convidariam representantes das diversas entidades interessadas na problemática da Gestão Escolar.
- 5 - Apresentar as nossas propostas ao Governo, requerendo um processo negocial.
- 6 - Assumir a questão da Gestão Escolar como matéria prioritária em termos reivindicativos, procurando o estabelecimento de uma base comum com outros sindicatos de Professores e não só. ■

Nota: O autor não utiliza o novo acordo ortográfico

Escola e Democracia

• **Manuela Mendonça**

| Secretariado Nacional da FENPROF |

Há 100 anos John Dewey escrevia no seu “Democracia e Educação” que “a democracia é mais do que uma forma de governo; é, antes de mais, uma forma de vida associada, uma experiência partilhada em conjunto”. Com efeito, o modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas e a escola – onde as crianças e jovens passam cada vez mais anos das suas vidas – é o principal espaço de realização dessa aprendizagem. A democratização do governo das escolas deve, por isso, ser defendida não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

As dinâmicas participativas, de autogestão pedagógica, assumidas pelas escolas no pós 25 de Abril, foram desde cedo contrariadas por tentativas de normalização por parte da administração. O DL 769-A/76 é já um passo neste caminho. Contudo, e apesar das progressivas limitações à tomada de decisão pelas escolas, os sucessivos modelos de gestão foram mantendo alguma democraticidade, nomeadamente ao nível da elegibilidade e colegialidade dos órgãos.

A mudança de paradigma deu-se com a imposição do DL 75/2008 – parte do legado de Sócrates/Lurdes Rodrigues. A FENPROF

contestou fortemente essa alteração legislativa, considerando que ela representa um grave retrocesso no funcionamento democrático da escola pública, traduzido na concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, no abandono de práticas democráticas colegiais, no quase desaparecimento de processos eleitorais, ou na limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa. À medida que os anos foram passando, o impacto negativo do modelo foi-se acentuando nas relações de trabalho e no próprio clima de escola, provocando conflitualidade e mal-estar. A distribuição de serviço docente ou a supervisão pedagógica são exemplos de áreas problemáticas. Nalgumas escolas são frequentes situações de abusos de poder, que levam a um crescente sentimento de insegurança e de medo. E a situação só não é mais grave porque as características pessoais de alguns diretores vão conseguindo ainda contrariar a natureza do modelo e as práticas que favorece.

É neste contexto que se torna urgente rever o atual regime de autonomia e gestão das escolas, estabelecendo uma matriz que consagre grandes linhas de força para a organização escolar com margens de liberdade significativas, que possibilitem a implementação das soluções mais ajustadas ao exercício da autonomia legítima que cabe às escolas.

Neste sentido, há três grandes

questões a considerar nas mudanças que é preciso operar:

- A importância de revitalizar o potencial da gestão democrática na organização escolar, garantindo a elegibilidade dos órgãos, a colegialidade do seu funcionamento e a participação dos representantes da comunidade escolar na tomada de decisão.

- A urgência de suspender o processo de municipalização da educação, contrapondo-lhe um outro caminho de efetiva descentralização de competências, quer para um Conselho Local de Educação (a criar), quer para as escolas.

- A necessidade de reverter (ainda que de forma gradual) o processo de criação de mega-agrupamentos de escolas, pondo fim a unidades orgânicas desumanizadas e sem qualquer racionalidade pedagógica.

Procurando dar centralidade a esta matéria, a FENPROF vai avançar, já no início de janeiro, com uma campanha nacional com o lema “Mais democracia para as escolas!”. Esta campanha terá vários momentos, o primeiro dos quais consiste na resposta presencial a um inquérito sobre os principais aspetos que devem ser objeto de revisão, seguida de uma discussão escola a escola que permita comparar os resultados dessa auscultação com as propostas da Fenprof, contribuindo para o aperfeiçoamento destas, e propor ações concretas para forçar o governo e a Assembleia da República a avançar com a alteração do atual quadro legal.



A participação dos professores neste processo é fundamental e decisiva. Sabemos que não basta ter boas propostas. É necessário mobilizar-nos para as defendermos. E se, como muitos apontam, a evolução para o atual modelo foi facilitada pela (in)ação dos professores (a ausência de listas para os Conselhos Diretivos em muitas escolas; a fraca resposta ao apelo da FENPROF a um boicote à constituição dos Conselhos Gerais, que teria impedido a eleição dos diretores e a implementação do DL 75/2008...), a situação atual exige que assumamos sem hesitações ou tibiezas este combate por uma escola mais democrática.

Porque o impacto negativo do modelo é cada vez mais sentido nas escolas, nas condições de exercício da profissão docente e no desgaste acrescido que têm vindo a provocar. Porque são mais claras as suas implicações no plano educativo e formativo

– como dizia Dewey, educa-se para a democracia pela democracia. Porque temos consciência de que o contexto parlamentar que hoje existe representa uma oportunidade, talvez única, para conseguir alterações nesta área, mas que essa mudança só acontecerá se formos capazes de desenvolver uma ação decidida e combativa, não deixando para outros uma luta que é nossa.

Num debate realizado por ocasião da comemoração do dia mundial dos professores, Licínio Lima afirmava não acreditar que o desafio da democratização da escola possa ser alcançado pelos professores e educadores isoladamente, sem mobilizar terceiros. Mas que tinha a certeza de que “sem o cumprimento das suas responsabilidades ético-políticas e à margem de uma pedagogia democrática conduzida pelos professores, tal desafio será seguramente impossível de realizar.” Sublinhava ainda que dos profes-

sores se espera, mais do que de outros profissionais, “coragem cívica”. Estou certa de que estaremos à altura desse desafio e dessa responsabilidade. ■

temos consciência de que o contexto parlamentar que hoje existe representa uma oportunidade, talvez única, para conseguir alterações nesta área, mas que essa mudança só acontecerá se formos capazes de desenvolver uma ação decidida e combativa, não deixando para outros uma luta que é nossa

Os Diplomas de Gestão de 1974 a 2013

O texto que se segue baseia-se no capítulo 4 (Reavivando a memória - os modelos de gestão das escolas desde 1974), do texto “Modelo de Gestão das Escolas -uma abordagem comparativa”, de Hortense Lopes dos Santos, IIº ciclo de Estudos em Ciências da Educação, Administração e Organização Escolar, da Faculdade de Ciências Sociais do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, 2013. Todas as citações indicadas são retiradas do texto referido.

Decreto-Lei 221/74

A Revolução de Abril desencadeou desde logo processos através dos quais os professores substituíram, por sua iniciativa, os reitores por comissões de gestão, eleitas em assembleias gerais de professores ou de Escola, processo anterior a quaisquer normativos reguladores. Uma “situação conjuntural que se viveu na época, em grande parte devido à inércia do próprio aparelho do Estado que permitiu essa descentralização e a apropriação de poderes pelas escolas”. O decreto-lei 221/74, de 27 de Maio, foi “publicado para legalizar as iniciativas democráticas que emergiram espontaneamente nas escolas em resultado dos movimentos da comunidade escolar (...)”. Estabeleceu-se porém que “às comissões de gestão caberiam as mesmas atribuições que anteriormente pertenciam aos órgãos de gestão nomeados pelo Governo”. Mas este decreto-lei suportava já princípios que a Constituição de 1976 viria a consagrar: “a democraticidade, a participação dos elementos da comunidade escolar (...) e a colegialidade dos órgãos (...)”.

Decreto-Lei 769-A/76

Publicado em 23 de Outubro,

permanecerá em vigor por mais de vinte anos, embora com alterações pontuais.

Mantém órgãos do decreto-lei anterior, mas impõe critérios restritivos: o presidente e o vice-presidente do conselho diretivo têm de ser profissionalizados (à época só uma minoria o era). Reduz o número de membros do conselho diretivo, regula a composição do conselho pedagógico - os delegados de grupos disciplinares, um representante dos diretores de turma, representantes dos alunos (um por cada ano ou curso) e orientadores dos estágios pedagógicos, sempre com formação pedagógica completa (o que também excluía muitos docentes). Elimina qualquer referência a Assembleias Gerais. O presidente do conselho diretivo é também o presidente do conselho pedagógico e do conselho administrativo, podendo suspender as deliberações desses órgãos se as considerasse ilegais. O conselho diretivo é encarado como um órgão de gestão que faz executar ordens e orientações superiores. Formosinho, citado na obra referida, define-o como “modelo burocrático de governação das escolas”, na medida em que, assumindo a participação dominante dos professores e a obediência a processos eletivos, é também um modo de controlo burocrático do ministério sobre as escolas.

Decreto-Lei 172/91

Publicado em 10 de Maio, é o primeiro após a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), dando corpo a princípios que a LBSE consagra: a representatividade, a democraticidade e a participação da comunidade. Distingue o órgão de direção (o conselho de escola), com função estratégica, do órgão de gestão, atribuído a um diretor.

Este diploma “rompe com as práticas instaladas nas escolas, nomeadamente no que à morfologia e processo de recrutamento do órgão de gestão diz respeito: i) da colegialidade passa-se para a unipessoalidade; ii) de um método eleitoral de seleção, recorre-se agora a um método assente num processo concursal; iii) do envolvimento do coletivo dos professores na seleção da equipa de gestão, passa-se para um processo em que é outro órgão – o conselho de direção – onde os professores só dispõem 50% dos votos – o responsável por essa seleção; (...)”. iv) de um processo em que qualquer professor pode ser candidato exige-se agora requisitos de elegibilidade, em tempo de serviço e formação específica (...)”.

Os mandatos dos órgãos são prolongados para 4 anos.

Mas este diploma não chegou a ser generalizado. Lançado a título



lo experimental foi apenas aplicado em 54 escolas/áreas escolares, mantendo-se nas restantes em vigor o diploma de 1976.

Decreto-Lei 115-A/98

Publicado em 4 de maio.

O discurso sobre a autonomia das escolas e a descentralização orientam este decreto-lei. Há uma aposta, pelo menos nos discursos, num processo de reforço gradual da autonomia das escolas, corporizado na assinatura de contratos de autonomia. Acentua-se o processo de associação de escolas, vulgo agrupamentos, “para constituir uma rede de equipamentos com dimensão suficiente para constituir uma unidade autónoma de gestão”.

Mantém-se a dualidade entre um órgão estratégico – agora chamado Assembleia de Escola e um órgão de gestão e administração, que neste decreto-lei pode ser unipessoal (diretor) ou colegial (conselho executivo), escolha feita pela escola. Instrumentos ao serviço da pretendida autonomia, compete à Assembleia de Escola aprovar o projeto educativo, emitir parecer sobre o plano anual de atividades e fiscalizar a ação do diretor ou do conselho executivo, que pode demitir. O princípio da representação sociocomunitária mantém-se na constituição desta Assembleia, onde os professores não podem ultrapassar os 50%.

“O decreto-lei 115-A/98 mantém a eletividade como processo de recrutamento do órgão de gestão da escola, mas ampliando a

assembleia eleitoral, já que além dos docentes a mesma é alargada à totalidade do pessoal não-docente (...), a representantes dos alunos no ensino secundário, bem como a representantes dos pais e encarregados de educação”. Mantém o caráter eletivo para os órgãos de topo e intermédios.

Decreto-Lei 75/2008

Publicado em 22 de abril, é apresentado como tendo como objetivo uma maior autonomia das escolas, progressivamente agrupadas, e procurando uma maior responsabilização quanto aos resultados dos alunos. Procuram-se “lideranças fortes” e centralizadas na figura do diretor, agora tornado obrigatório. O diretor é eleito, mediante concurso, pelo Conselho Geral, órgão que substitui a Assembleia de Escola e que passa a poder ter como presidente um não docente. Na sua composição há lugar para representantes de associações e organizações de caráter económico, cultural, social ou científico, o que é entendido como uma maior abertura da escola à comunidade. O diretor pode ser “exterior à escola”, sendo-lhe exigida formação específica na área da gestão escolar ou experiência nessa área. É coadjuvado por um subdiretor e adjuntos nomeados pelo diretor. O diretor é simultaneamente o presidente do conselho administrativo e do conselho pedagógico, cuja composição controla, uma vez que lhe compete designar os

coordenadores de departamento (de resto reduzidos em número), coordenadores de estabelecimento, de supervisão e coordenação. O conselho pedagógico torna-se um órgão meramente consultivo.

Decreto-Lei 137/2012

Publicado em 2 de Julho, apresenta-se como alteração ao 75/2008. O discurso continua a assentar no “reforço da autonomia e maior flexibilização organizacional e pedagógica das escolas, condições essenciais para a melhoria do sistema público da educação”. Simultaneamente acentua-se a política de alargamento dos agrupamentos, em nome da reestruturação da rede escolar. Há um certo reforço do Conselho Geral, que assume competências na avaliação de desempenho do diretor, que decide sobre todos os recursos que lhe são dirigidos e que pode dirigir recomendações aos outros órgãos.

O diretor perde um pouco do seu poder de nomear os coordenadores dos departamentos (e por essa via, o conselho pedagógico, passando a propor uma lista de três candidatos a cada departamento, que escolherá um.

As exigências para a candidatura a diretor acentuam-se: é exigida habilitação específica e só na ausência de candidatos com habilitação específica podem aceitar-se candidatos apenas com “experiência de gestão” ou currículo relevante. ■

Extrema-Direita na Casa Branca

Joaquim Jorge Veiguiha

“**A** extrema-direita fascista e racista está a poucos passos da Casa Branca”. Esta frase não é da autoria de um apoiante de Hillary Clinton, candidata democrata derrotada nas eleições presidenciais norte-americanas, mas de John Weaver, estrategista republicano que dirigiu a campanha do senador John McCain, derrotado por Barack Obama em 2008. As recentes nomeações do novo Presidente, Donald Trump, confirmam este presságio. Antes de tudo, Steve Bannon, envolvido na campanha do multimilionário dos casinos e da construção civil, escolhido como principal conselheiro, foi diretor do site Breitbart e membro do grupo ‘alt-right’, que poderemos traduzir por ‘direita alternativa’, é conhecido pelas suas posições supremacistas e racistas, próximas do Ku Klux Klan; Jeff Sessions, designado para dirigir o Departamento de Justiça, é um feroz opositor do programa de legalização de imigrantes, que foram trazidos ilegalmente para os Estados Unidos em bebés e em crianças, do anterior Presidente e um defensor das deportações maciças de imigrantes não legalizados; Michael Flynn, novo conselheiro para a Segurança Nacional, islamóforo e defensor das posições do novo Presidente sobre o uso da tortura; Mike Pompeo, membro do Tea Party, a ala mais à direita do Partido Republicano, suspeito de simpatias com a Ku Klux Klan e defensor da revogação do acordo nuclear com o Irão. Todas estas personagens limitam-se a seguir as posições assumidas pelo novo Presidente no decurso da campanha eleitoral. Os resultados das eleições presidenciais norte-americanas revelaram que uma parte do *establishment* e, ao que tudo indica, amplos setores da população branca dos EUA, por ignorância ou deliberadamente pouco importa, nunca aceitaram o fim do segregacionismo WASP, a igualdade de direitos civis e o respeito pelas minorias, apesar de Hillary Clinton ter conseguido um maior número de votos do que o seu adversário, mas ter eleito apenas 228 delegados para o colégio que elege diretamente o Presidente, menos 51 do que

Trump. Não é verdade que, como disse alguma imprensa, tenham sido os mais desfavorecidos a eleger Donald Trump. De facto, 49% dos detentores de rendimentos abaixo de 100 000 dólares votaram na candidata democrata e 45% no novo Presidente. Em contrapartida, a diferença foi apenas de 1%, 48% contra 47% no caso dos que possuem 100 000 dólares ou mais. A vitória de Trump foi claramente conseguida à custa das divisões étnicas e raciais: os homens brancos, 63% para Trump e 31% para Clinton; também as mulheres brancas, apesar da misoginia revelada pelo candidato republicano na campanha eleitoral, deram-lhe a vitória, 53% contra 43%; estes resultados estendem-se aos homens brancos com estudos, 54% contra 39%, excetuando-se apenas as mulheres brancas desta faixa que deram a vitória a Clinton, 55% contra 41%. Nas minorias étnicas, Clinton foi uma clara vencedora em todos os grupos. O que esteve por detrás da vitória de um candidato que a grande maioria das sondagens à boca das urnas apontava como perdedor? Antes de tudo a estratégia de Trump que conseguiu explorar os medos de uma parte significativa da população WASP, sobretudo a mais desfavorecida: o medo dos imigrantes que ‘roubam’ empregos aos brancos, o que é totalmente falso pois desempenham atividades que estes rejeitam, da globalização que destrói, com as deslocalizações, empregos nas indústrias tradicionais, e a revolta contra as elites dominantes que ignoram e nada fazem para melhorar as precárias condições de vida de inúmeros cidadãos WASP. Esta estratégia foi particularmente eficaz no chamado Rust Belt, nas zonas industriais deprimidas afetadas por elevadas taxas de desemprego em consequência do desaparecimento das indústrias do ferro e do aço, em que Trump ganhou. Não deixa de ser uma ironia que um candidato que vive numa torre de luxo na quinta avenida de Nova Iorque, a zona com a habitação mais cara do mundo, surja como um opositor das elites e do ‘establishment’ norte-americanos, bem como um crítico da globalização neoliberal que gerou uma economia de casino de que ele foi um dos maiores beneficiários com os seus negócios na esfera do imobiliário e dos jogos de azar.

Outra importante causa da vitória de Trump deve atribuir-se às divisões do campo democrata e a uma estratégia desastrosa de Hillary Clinton. Relativamente ao primeiro aspeto, muito esquecido pelos comentaristas, a candidata democrata obteve menos 6,5 milhões de votos do que Obama, o que, tendo em conta que os dois candidatos republicanos precedentes, John McCain e Romney, tiveram mais votos que Trump, significa que muitos eleitores democratas não votaram em Clinton. Relativamente ao segundo aspeto, a candidata democrata falhou claramente os seus objetivos eleitorais nos estados do ‘Rust Belt, de que se destaca o Ohio, e perdeu no Michigan, Wisconsin, Pensilvânia, estados que tradicionalmente davam a vitória ao Partido Democrata, por manifesta falta de comparência. A vitória nestes quatro estados que a sua campanha eleitoral subvalorizou ter-lhe-ia assegurado a vitória nas eleições presidenciais. O diário ‘The New York Times’ resume muito bem esta estratégia desastrosa dos estrategos da campanha eleitoral de Clinton: “Julgavam que tinham construído uma máquina eleitoral que varreria de cena o bando improvisado de operativos leais e membros da família de Trump, muitos dos quais não tinham qualquer experiência de organização de uma campanha a nível nacional” (‘New York Times’, 10. 11. 16). A vitória de Donald Trump gerou um regozijo generalizado na extrema-direita europeia, que se sente cada vez mais legitimada e reforçada. Mateo Salvini, líder da xenófoba e racista Liga do Norte italiana, foi o que o expressou mais claramente: “Depois de Trump chegou o momento dos nossos aliados europeus: Holanda, Áustria, Alemanha e França” (‘El País’, 10. 11. 2016). Na Áustria o candidato da extrema-direita acabou por não ser eleito como Presidente da República; mas, na França, a dirigente da Frente Nacional, Marine Le Pen, parte como favorita à vitória na primeira volta das eleições presidenciais e os seus homólogos na Holanda e na Alemanha poderão ver significativamente reforçada a sua votação nas próximas eleições legislativas; será fácil de concluir que os novos monstros estão à porta. ■



Promover a leitura nas suas várias vertentes

Promoção da leitura, promoção das literacias, articulação curricular e, naturalmente, gestão da própria biblioteca, são tarefas que atualmente cabem às bibliotecas escolares, como referiu João Proença, membro da coordenação do grupo de trabalho das bibliotecas escolares da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas). Como isso se faz no concreto, que projetos, imaginação, empenhamento exige, foi o que fomos ver, na biblioteca escolar da Escola Secundária José Afonso, do Seixal. Uma longa conversa que envolveu João Proença, Dora Pinheiro, professora bibliotecária responsável pela biblioteca. E que incluiu igualmente a anterior bibliotecária, Alice Santos, que mantém vivos outros projetos que passam também pelo espaço e dinâmicas da biblioteca.

“A ideia é promover a leitura nas suas várias vertentes. Leitura e literacias. Todas as atividades que consigamos desenvolver, para além das mais óbvias”. Este o ponto de partida, nas palavras de Dora Pinheiro, para um trabalho quotidiano que abarca um sem número de projetos e atividades.

Ligia Calapez
Jornalista

Do “Ler mais” aos “10 minutos a ler”

“Ler mais jovem” (direcionado para a relação com a comunidade) e “Ler mais” (centrado numa cultura integral de leitura), são exemplos de projetos – neste caso, ambos do Plano Nacional de Leitura – a que a escola aderiu, com êxito. E lhe proporcionam também apoios financeiros indispensáveis.

Mas muito mais trabalho tem vindo a ser desenvolvido nesta área. Por exemplo os “10 minutos a ler”. Uma ideia que surgiu no concelho do Seixal, no passado ano letivo – e que traduz também a ligação, sempre presente, com os municípios e as bibliotecas públicas. Assim, no dia nacional das bibliotecas escolares, em todas as bibliotecas, em todas as escolas, em todas

as aulas – para-se 10 minutos para ler. A escolha do que se lê é muito variável. Há professores que aproveitam para trabalhar um conto ou uma questão específica. Ou para falar de livros que trazem para a sala de aula nesse dia. Ou pedem aos alunos que tragam livros e façam uma leitura em voz alta para a classe. Ou, ainda, opta-se por um momento especial, em que todos os alunos estão a ler o mesmo livro em simultâneo. Foi o caso, este ano, do conto *Saga*, de Sophia de Mello Breyner. “É interessante – comenta Dora Pinheiro – quando os alunos depois dizem: gostei daqueles 10 minutos, não podíamos fazer mais 10 minutos noutra aula? Ou: não poderíamos fazer isto sempre?” Na perspetiva de formar alunos leitores – “nos vários domínios, nas várias formas, nos vários suportes”, como sublinha João Proença – são vários os momentos e formas em que se promove a leitura.

“Temos vários momentos”, refere Dora Pinheiro. Para além dos “10 minutos a ler”, “há os momentos da rádio – pelo menos num intervalo do dia da emissão, faz-se divulgação de livros que existem na biblioteca, com um pequeno resumo desse livro. Temos a divulgação do nosso fundo documental, com a animação de vitrines. Uma colega da equipa está a fazer o painel ao pé do refeitório – “almoçamos com” – e vai falando de escritores que, de alguma maneira, apresentam textos que estão relacionados com a gastronomia. Temos o concurso nacional de leitura, em que há sempre muitos alunos a concorrer (uma média de 50) ”.

A participação no concurso conta, naturalmente, com grande colaboração dos professores de Português. Quer na escolha de obras cuja leitura é proposta aos alunos, quer na construção de guiões de leitura, a que os participantes devem responder para atingir um dos seis lugares dos apurados, e poder passar a uma 2ª fase, distrital.

Um outro momento forte é a “semana da leitura”, uma iniciativa do Plano Nacional de Leitura. “Na *semana da leitura* procuramos fazer, com mais intensidade, dinâmicas associadas à leitura, diz Dora Pinheiro. E uma das que tem mais tradição na escola é *leituras partilhadas*, em que alunos e professores e funcionários e, às vezes, encarregados de educação, vão às salas de aula partilhar a sua leitura. Levam o livro, leem um excerto, falam daquele autor, falam de porque aquele autor é importante para si, falam daquilo que gostam, do prazer que sentem a ler. Esta

é uma dinâmica que, durante essa semana, ocupa geralmente quase todas as turmas. E o ano passado conseguimos que muitos professores, de várias áreas disciplinares, participassem”.

Literacias e ...

Nem só de ler e formar alunos leitores (para a vida, para serem leitores nas bibliotecas públicas, como sublinha João Proença) se trata. Para além deste trabalho – fundamental – às bibliotecas escolares cabem outras tarefas. Das diferentes literacias que há que desenvolver à aposta quotidiana na articulação com/entre professores, autarquias, diferentes parceiros.

Tarefas que se traduzem em práticas e atividades muito concretas. Por exemplo, na área da literacia da informação, ensina-se aos alunos do 7º ano como funciona uma biblioteca, através de um circuito em que deverão atingir dois grandes objetivos: saber encontrar um livro na estante e saber encontrar um livro no catálogo on-line. Para os alunos do 8º ano as atividades desenvolvidas já visam objetivos como - comparar diferentes fontes de informação ou avaliar a fiabilidade da informação num site, “perceber se tem informação que nos dá segurança se aquilo que lá está escrito pode ter alguma veracidade, pode ser de fonte segura”, sublinha diz Dora Pinheiro.

Também no domínio da internet mais segura (celebra-se uma semana internacional em fevereiro), a escola participa no concurso da RBE “sete dias, sete dicas”. O objetivo é, diz Dora Pinheiro, “os alunos construírem um vídeo em que apresentem 7 dicas de aspetos relacionados com a segurança na internet. O número de temas e o público alvo tem-se alargado. Nos últimos anos já foi, por exemplo: 7 dicas de segurança para as pessoas idosas; 7 dicas para respeitar os direitos de autor”. Um projeto que naturalmente se desenvolve com os professores de informática.

No que respeita à literacia da informação, um papel muito particular cabe à rádio da escola.

“Este projeto da rádio surgiu pela oportunidade de termos cá uma estagiária de animação sociocultural, através da biblioteca municipal. A rádio estava desativada, mas havia imenso material. E esta estagiária achou interessante reativar um



projeto de rádio. E começou por aí – a divulgar à escola a ideia de que se queria criar uma rádio”, relata Dora Pinheiro.

O projeto renasceu assim há dois anos e mantém-se bem vivo. Há emissões todos os intervalos. E um conjunto de rúblicas, que os alunos vão apresentando. Rúblicas em que se fala de livros, em que se fala de música. Algumas notícias. Há uma grande envolvimento dos alunos. “Porque é totalmente diferente termos que os cativar, ou receber alunos que já estão muito interessados”.

A rádio está aberta “a todas as divulgações que na escola se pretenda fazer. E também às iniciativas. Por exemplo – nos *10 minutos a ler* pusemos um professor a declamar poemas; se há um torneio desportivo, também se dá testemunho. Vai-se refletindo a vida da escola”.

O jornal interescolar é outro projeto significativo. Neste caso, uma iniciativa da câmara do Seixal, envolvendo diversas escolas do concelho. Uma outra forma de articulação. Trata-se de um jornal anual, conjunto, sobre um tema. O tema do 1º número foi o 25 de abril. O do 2º foi 8 séculos da língua portuguesa. O ano passado – os 40 anos da Constituição. E este ano é a escola pública – uma escola de todos para todos. “Trabalhamos com os alunos, na escola – diz Alice Santos, anterior bibliotecária da escola. Eles fazem as pesquisas, compõem os textos. Têm uma pequena formação sobre linguagens jornalísticas, que é dada na câmara. Depois faz-se um lançamento geral para a população, onde são convidados os alunos, os encarregados de educação, os professores. E os jornais são distribuídos às escolas, em número suficiente para um jornal por aluno.”

... articulação curricular

O trabalho articulado com os professores surge como uma dimensão essencial da atividade da biblioteca. Que, as mais das



vezes, passa pela colaboração e não por projetos de raiz.

Um exemplo: as palestras de Filosofia. “O grupo de Filosofia gosta de assinalar anualmente o dia internacional da Filosofia – na terceira 4ª feira do mês de novembro. E considerou que seria interessante trazer pessoas que pudessem falar de temas que estão associados a conteúdos ou a temáticas de currículos, nomeadamente no 10º e no 11º. O ano passado sentia-se muito a questão dos direitos dos refugiados e dos direitos humanos. E pensámos chamar alguém do gabinete de imigrantes da câmara municipal e alguém da Amnistia Internacional. Correu bem. E, portanto, este ano fazemos de novo. Ao mesmo tempo, nós aqui, na biblioteca, temos uma exposição sobre os direitos humanos, que elaborámos a partir de materiais das Nações Unidas”. Ou ainda – acrescenta Dora Pinheiro – a articulação com professores de História. Tudo começou com a proposta, por parte da biblioteca, de “pequenas sessões com pessoas do Ministério da Marinha, sobre temas relacionados com os descobrimentos”. A parceria foi correndo bem e teve novos desenvolvimentos, aproveitando materiais ou contactos de que a biblioteca dispõe. “Fizemos uma exposição sobre Aristides Sousa Mendes (o ano passado tivemos cá uma colega de Artes que tinha o contato do neto de Aristides Sousa Mendes). Propusemos palestras para o grupo de História. Tivemos, ao mesmo tempo, um pequeno ciclo de filmes sobre o holocausto. Aí, em parceria com o grupo do Plano Nacional de Cinema. Também temos um grupo na escola, em que participam vários professores e a biblioteca, e em que fazemos a promoção da literacia fílmica e damos oportunidade aos alunos de verem outros filmes e de falarem sobre os filmes”. Assim se vão juntando recursos e articulando áreas diversas.

“O ano passado, percebemos que tínhamos no nosso fundo documental um conjunto de fotografias da época do 25 de abril e pareceu-nos interessante fazer-se uma exposição. Propusemos ao grupo de História, e concretamente aos alunos do 12º, que nos ajudassem a criar os conteúdos, baseando-se naquelas fotografias - fazer a pesquisa de como é que se chegou aquela fotografia, ou o que aquela fotografia representa do dia 25 de abril. Essa exposição há-de sair este ano”.

“O objetivo é, sempre, que os professores vejam vantagens nesta articulação. Vantagens para eles, professores, porque têm apoio na organização. Vantagens em relação aos alunos – alunos mais interessados”.

Outras interações

Reformada embora, a anterior professora bibliotecária, Alice Santos, continua ativamente envolvida em projetos de e com a escola. Começando pelo projeto memória da escola.

“Este projeto teve início há quase uma década. Começámos a fazer pesquisas sobre a história da escola. Havia muita documentação nos jornais locais”. Fez-se investigação nesses jornais, na hemeroteca, no arquivo municipal. Todo um conjunto de documentos. Conseguiu-se aceder às antigas plantas da escola. “E percebeu-se, por exemplo, que a escola tinha sido, inicialmente, uma escola de iniciativa municipal. Criada até por alguma pressão da população”.

Surgiu assim “a ideia de preservar a memória da escola – dar-lhe vida, nalguns edifícios novos, com marcas do que foi a memória da escola. E, por outro lado, registar, em livro, que ficasse como uma marca dos seus 50 anos”. Quando foram as festas do cinquentenário, fez-se uma grande exposição. “Fomos retomar objetos, por exemplo. E pretendemos que alguns deles fiquem expostos – fazendo

parte do património – para que quem visita a escola possa chegar aqui e ver marcas da sua história”.

A associação José Afonso é outro dos projetos em que Alice Santos está envolvida. E empenhada em estabelecer alguma ligação com a escola.

“O ano passado – sendo esta a escola secundária José Afonso – fez-se aqui uma primeira intervenção. Esta intervenção foi fazer a animação – com elementos da associação José Afonso e com alunos da escola – de um ato formal – a entrega dos prémios de mérito”, em que, nomeadamente, se cantaram algumas canções de Zeca Afonso.

As possibilidades das parcerias da associação com as escolas são múltiplas. “Há alguns documentos que podem ser disponibilizados às escolas. Nomeadamente exposições, que já têm um guião de visionamento. É possível ter alguém da associação para animar uma sessão nas escolas. Há todo um conjunto de ações que poderão ser feitas em parceria com escolas”.

Para João Proença, tanto o texto como a música de Zeca Afonso encerram muitas potencialidades. “Os miúdos são muito sensíveis a esse tipo de textos e de música. São formas de chegar à leitura. São formas de chegar a um pensamento que importa promover – um pensamento crítico. Ser capaz de pensar. Ser capaz de refletir”.

E sublinha: “Nós não encaramos o currículo como uma coisa fechada. O currículo é também o que vai acontecendo nas escolas. E as bibliotecas das escolas têm aqui um papel central”.

Para concluir, em termos mais gerais, que as boas ideias nascem “das necessidades das pessoas, das necessidades das escolas. Por mais que se pense que o ME prescreve muito, a prática das escolas, felizmente, mostra que as coisas nascem de baixo para cima”.

Administração Pública

Plataforma Reivindicativa Comum para 2017

José Costa
Dirigente do SPGL

No dia 28 de Outubro passado, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, numa cimeira de sindicatos onde o SPGL esteve representado, aprovou a Plataforma Reivindicativa Comum para 2017.

Este documento, aprovado por todos os sindicatos presentes na cimeira, começa por reafirmar a importância da Administração Pública para o desenvolvimento económico e social do país e destaca os ataques sucessivos que os seus trabalhadores sofreram nos últimos anos, de forma mais agravada entre 2010 e 2016.

Os professores sentiram profundamente os efeitos desta política destrutiva na Educação. Os sucessivos ataques à Escola Pública e o processo de desqualificação que o governo anterior levou a cabo de forma despudorada tiveram consequências nefastas, sendo provavelmente a redução do corpo docente em mais de vinte mil educadores e professores uma das mais significativas neste período.

Os professores sentiram também a contínua degradação das condições de trabalho e o agravamento das suas condições de vida, neste caso específico, devido ao corte significativo dos seus salários por força do aumento de impostos diretos e indiretos, do aumento das contribuições para a ADSE e do agravamento de taxas que se traduziram numa erosão real dos seus rendimentos.

Se juntarmos a tudo isto os congela-

mentos das progressões nas carreiras, podemos dizer que temos então condições para a “tempestade perfeita”.

O documento refere também que esta nova correlação de forças na Assembleia da República permitiu criar um novo quadro político que conseguiu reverter alguns dos efeitos mais graves das políticas do governo anterior, nomeadamente: a reversão dos cortes salariais nos vencimentos acima dos 1500 euros, a redução gradual da sobretaxa de IRS, a reposição dos feriados e também o retorno da aplicação das 35 horas ao horário semanal de trabalho. Esse aumento de horas não foi aplicado aos professores porque estes se movimentaram e concretizaram em 2013, no final do ano letivo, uma greve ao serviço de avaliações, que na maioria dos agrupamentos de escolas teve taxas de adesão de 100%.

Reconhece-se a importância destes avanços, mas o documento refere também a necessidade urgente de ir mais longe e elenca em quatro pontos um conjunto de reivindicações que terão de constituir o caderno reivindicativo, sem o qual será impossível conseguir reverter o processo de degradação das condições sociais e laborais de todos os trabalhadores da Administração Pública.

São de destacar a importância de um aumento real de salários e pensões de 4%, o descongelamento das carreiras, a reposição do pagamento do subsídio de Natal em novembro, a reposição dos escalões de IRS e a eliminação da precariedade, o que implica a abertura de concursos que garanta vínculos permanentes para necessidades permanentes na Administração Pública.

Os professores e educadores têm, como é óbvio, expectativas positivas na recuperação de direitos perdidos e na resolução de problemas inerentes à especificidade da sua profissão. Destacam-se a sobrecarga dos horários de trabalho, a estabilidade do emprego, os descongelamentos das progressões na carreira, a aposentação, a gestão das escolas, a valorização dos currículos e muito mais. No entanto, não estamos dispensados das reivindicações que são comuns a todos os trabalhadores da Administração Pública e, neste quadro de ação e luta reivindicativa, temos que estar presentes de forma determinada.

A proposta de OE para 2017 prossegue, ainda que timidamente, a reposição dos rendimentos dos trabalhadores da Administração Pública, mas é um facto que fica muito aquém das expectativas criadas.

Não existe no documento nenhuma resposta às propostas reivindicativas, nomeadamente, sobre remunerações, carreiras, descongelamentos e vinculações.

Também a baixa taxa de investimento público previsto para 2017 (FBCF), não compensa a quebra significativa que este investimento sofreu. Em percentagem do PIB, o investimento em toda a Administração Pública baixou de 2,3% para 1,9%, entre 2015 e 2016. Para 2017 está previsto no OE que este número seja de 2,2% do PIB (4 mil milhões de euros), o que é muito pouco para começar a inverter o ciclo de degradação e desinvestimento a que nos últimos anos temos assistido e que comprometem seriamente as funções sociais do Estado, pondo em perigo o próprio funcionamento de muitos ser-

viços e também a sua qualidade.

Nas reuniões já efetuadas com os sindicatos da A.P., o Governo, através do Ministério da Finanças, ainda não apresentou contrapropostas escritas ao caderno reivindicativo que os sindicatos apresentaram.

À apresentação fundamentada e sustentada da Plataforma Reivindicativa Comum para 2017 (PRC), o governo responde com as condicionantes macroeconómicas do orçamento para 2017.

Os tempos são outros, não há dúvida, mas os sindicatos têm saído destas reuniões com uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. Inverter este ciclo de degenerescência da Administração Pública e dos seus trabalhadores, só se consegue com processos negociais sérios e transparentes.

É urgente que o governo apresente soluções para os problemas e isso implica construir um método de negociação e também o estabelecimento dos conteú-

dos a negociar, assim como uma proposta séria de calendarização.

Este processo precisa também da participação de todos os trabalhadores da A.P. e, como é óbvio, da luta de todos os professores e educadores.

A nossa participação neste processo é fundamental, a manifestação das nossas posições só reforça a ação sindical numa luta que é de todos nós. ■

FENPROF apresentou, ao Ministro da Educação, propostas no sentido de valorizar o exercício dos profissionais docentes

A FENPROF apresentou ao Ministro da Educação, em reunião que decorreu a 25 de novembro, diversas propostas para as quais aguarda, agora, respostas. A saber:

- **Assinatura de um protocolo negociado em torno de 3 grandes questões:** combate ao desgaste e envelhecimento do corpo docente das escolas; criação de condições que garantam estabilidade no exercício da atividade docente; valorização do exercício profissional docente, também no plano das suas carreiras;

Com vista a serem consideradas no âmbito deste protocolo, a FENPROF adiantou já algumas propostas, dando ênfase às seguintes:

- Resolução dos problemas relacionados com a **carreira docente**, numa sequência de três momentos: i) regularização de todas as situações ilegais (janeiro de 2017), ii) descongelamento das progressões (julho de 2017), iii) início do processo de recuperação do tempo de serviço não contado (janeiro de 2018);
- Combate à situação de comprovado

desgaste físico e psicológico dos docentes, através de uma reorganização dos **horários de trabalho** que contemple: i) uma clara definição do conteúdo de cada componente do horário, distinguindo, sem equívoco, o que é letivo do que não é letivo, ii) a integração das reduções por antiguidade (art.º 79.º do ECD), de novo, na componente não letiva individual dos professores, iii) antecipação da aplicação destas reduções;

- Rejuvenescimento do corpo docente das escolas através, por um lado, da criação de um regime especial de **apresentação** dos professores, por outro lado, da criação de um regime de **vinculação** que integre nos quadros todos os que, em situação de precariedade, satisfazem necessidades permanentes das escolas e do sistema educativo.

Para além destas matérias, a **FENPROF propôs ainda:**

- O recurso à Procuradoria-Geral da República para arbitragem de divergências de ordem jurídica que FENPROF e ME mantêm em torno de aspetos relacionados com a interpretação de normativos legais que são incorre-

tamente aplicados, penalizando fortemente **docentes que continuam sem ser repositados na carreira**, nos escalões em que se encontram os seus colegas com igual tempo de serviço;

- A criação de uma comissão conjunta que vise elaborar um diagnóstico da **grave situação que se vive no 1.º Ciclo do Ensino Básico**, com vista a atacar e resolver os problemas que afetam este setor, com prejuízos evidentes para a organização pedagógica das escolas, os alunos e os seus docentes;
- Que a gestão das escolas seja considerada matéria prioritária, a analisar e discutir ainda no presente ano letivo, no sentido de a democratizar e melhorar aspetos de ordem organizacional e de funcionamento das escolas.

Relativamente a estas propostas, o Ministro da Educação afirmou que as teria em conta, quer analisando-as, quer encaminhando-as para as áreas adequadas da governação, pelo que a FENPROF fica, agora, a aguardar respostas concretas a cada uma delas, que espera receber em tempo breve. ■

Agir sindicalmente no novo contexto político

Com 1 abstenção e sem votos contra, Assembleia Geral de Sócios aprova Moção da Direção

Agir Sindicalmente no novo contexto político é o título da moção apresentada pela direção do SPGL à Assembleia Geral de Sócios reunida no dia 24 de novembro e à qual compareceram cerca de 70 associados.

O texto aprovado analisa o contexto político e governativo resultante das eleições de outubro de 2015, sublinhando a importância para os trabalhadores do afastamento do governo da direita PSD/CDS e a sua substituição pelo atual governo do PS com apoio parlamentar do BE, PCP e Verdes. No campo do ensino, o texto sublinha a importância e o significado político de medidas desde logo tomadas pelos ministérios da Educação e da Ciência e pelo novo parlamento (a extinção da PACC e do “exame Cambridge”, a extinção dos exames nacionais do 4º e 6º anos, a racionalização do processo de colocação dos docentes, a moralização do processo de contratação com os colégios privados, o alargamento do

regime transitório da carreira docente do politécnico e a vinculação de muitos docentes já doutorados ou com o título de especialistas, entre outras).

Assente no princípio que “*a missão primeira de um sindicato é defender os interesses e direitos dos seus associados e da profissão que representa, com independência face a partidos políticos e confissões religiosas ou outras*”, a moção, alertando para a necessidade de o movimento sindical se demarcar das críticas da direita, que faz do ministro da Educação um dos seus alvos de ataque preferidos, enuncia um conjunto de reivindicações que os docentes terão de exigir ao novo governo: a revisão da legislação de concursos, a necessidade de alterar significativamente os horários dos docentes, a redução do número de alunos por turma, a vinculação dos docentes contratados, incluindo os do ensino superior, o início das negociações para o descongelamento das progressões nas carreiras e dos aumentos salariais anuais, a alteração das condições de aposentação, a revisão do modelo de gestão das escolas/agrupamentos, a construção de um



novo modelo de avaliação. No ensino particular e cooperativo, a moção defende a negociação de um novo contrato coletivo de trabalho (CCT) quer para o ensino não superior quer para o ensino superior.

O texto aprovado sublinha a necessidade de aumentar o número de sócios

Nota: O texto integral da moção pode ser lido em www.spgl.pt

Justiça para os professores contratados

Com este título foi apresentada à Assembleia Geral de Sócios uma moção pela sócia Otilia Maria Simões Marques, que teve 13 votos a favor, 13 votos contra e 30 abstenções e que, dada a sua pequena extensão aqui se transcreve:

A AGS do SPGL, reunida em Lisboa, no dia 24/11/2016, tendo analisado a

precária situação socioprofissional dos professores contratados:

1 – Manifesta o seu repúdio pela manutenção, absolutamente inaceitável, dessa situação de precariedade, após longos anos de esforço ao serviço da Escola Pública;

2 – Saúda o facto de a FENPROF incluir, como uma das suas reivindica-

ções principais, na negociação com o ME, a vinculação dos professores contratados, de acordo com a Lei Geral do Trabalho.

3 – Considera que esta vinculação deve ser encarada como matéria prioritária na negociação sobre Concursos entre a FENPROF e o ME. ■

A Assembleia rejeitou duas outras moções, uma tendo como primeiro subscritora Carmelinda Pereira e outra como primeiro signatário Carlos Vasconcelos.

Concentrados junto ao Ministério da Educação Professores reclamam resolução das ilegalidades no posicionamento na carreira docente



Fotos: Jorge Caria (FENPROF)

No passado dia 23 de novembro, docentes que vincularam nos concursos externos desde 2013 mas que continuam bloqueados no 1º escalão da carreira (índice 167), com total desrespeito pelo tempo de serviço já prestado, e docentes dos 4º e 6º escalões que, de acordo com o decreto-lei 75/2010, completaram as condições para progredir na carreira, o que não aconteceu pelo facto de o ME não ter publicado a regulamentação prevista, concentraram-se, por iniciativa da FENPROF, na 5 de Outubro, junto do M.E. exigindo a reposição da legalidade.■

Regime de Concursos Docentes

FENPROF avalia negativamente proposta do ministério

O M.E. entregou aos sindicatos uma proposta de alteração do regime dos concursos de professores e educadores.

As principais alteração são:

- separação de prioridades entre titulares de quadro de escola/ agrupamento e de quadro de zona pedagógica nos concursos internos e de mobilidade interna.
- consolidação da extinção das Bolsas de Contratação de Escola (BCE).
- redução de 5 para 4 anos de serviço para aplicação da chamada “norma-travão”, mantendo todas as outras exigências.
- proposta de vinculação extraordinária de docentes contratados com 20 anos de serviço, desde que tenham 5 contratos nos últimos 6 anos.

- Aumento de seis para oito horas para que um horário não seja considerado “horário zero”.

A FENPROF considera que esta proposta está longe de ser aceitável.

A próxima reunião é no dia 15 de dezembro. O texto integral da proposta entregue pode ser consultado na página do SPGL.■

Administração Pública em Luta



Fotos: Jorge Caria (FENPROF)



SPGL participou na manifestação convocada pela Frente Comum, no dia 18 de novembro. Das reivindicações expressas destacam-se a exigência do desbloqueamento e progressão nas carreiras e o regresso ao princípio da negociação anual dos salários.■

Internet e professores resultados de um inquérito online

Raquel Rego

Investigadora do ICS-ULisboa

Apresentação

Na sequência da colaboração encetada entre o SPGL e o [Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa](#) que deu origem ao artigo [The use of new ICTs in trade union protests – five European cases](#) publicado na revista do [Instituto Sindical Europeu](#), [Transfer](#), em 2016, preparou-se agora um inquérito por questionário com o objectivo de conhecer as percepções dos utilizadores da Internet sobre o uso dado pelos sindicatos à Internet.

Entre Maio e Junho de 2016 foi, assim, dirigido um inquérito *online* a todos os professores da Grande Lisboa do ensino não superior, por meio da lista de contactos do SPGL e através da sua *newsletter*. Ainda que esta mediação possa ter desincentivado muitos de responder, a amostra aleatória obtida tem uma dimensão satisfatória, inclusive de professores não sindicalizados. Com efeito, obtivemos 774 inquéritos completos dos quais 20% são de professores não sindicalizados.

A composição desta amostra é representativa em termos socio-demográficos na medida em que a distribuição do sexo e idade aproxima-se da proporção real (77% mulheres e 23% homens; 52% com 50 ou mais anos). Outras características também se aproximam da distribuição real: 80% são professores do quadro e 15% contratados (restantes aposentados, desempregados ou noutra condição).

O inquérito procurou ser breve de modo a não desmotivar as respostas. É sabido que os professores são muito solicitados a colaborar em inquéritos. A tomada de decisão para a greve foi a ilustração escolhida da Internet como ferramenta auxiliar dos sindicatos. A sua pertinência é discutida a seguir.

Ainda que se possa pensar que as respostas são enviesadas à partida por estarmos a usar a Internet para obter respostas sobre o uso da própria Internet, importa dizer que, sabendo que os professores são um grupo profissional algo envelhecido, poderíamos deparar-nos com alguma diversidade na intensidade desse uso.

Enquadramento - Benefícios e desafios da Internet aos sindicatos

De um modo geral, a Internet tem sido considerada um aliado dos sindicatos. A Internet permite chegar mais depressa e mais longe, designadamente a trabalhadores que não têm tempo ou à vontade para participar em reuniões/contactar o sindicato. Além disso, a prática em diversos países mostra-nos que através da Internet surgem formas alternativas de acção como os *flash-mobs*, disponibilizam-se serviços (formação à distância, aplicações para telemóvel), etc.

Mas tem-se também chamado a atenção para o facto do uso da Internet pelos sindicatos depender, desde logo, do tipo de liderança sindical e do chamado *digital divide*. Os sindicatos são organizações burocráticas e a forma como se comunica e o que se comunica depende do que as suas direcções decidem (com base em recursos, valores e outros constrangimentos). Além disso, é preciso que o meio de comunicação seja adequado ao público-alvo e nem todos os trabalhadores estão habilitados a usar um computador ou *smartphone*, apesar deste “fosso” estar a diminuir.

Recentemente, percebeu-se que a Internet também empodera organizações e indivíduos que desafiam os sindicatos. O caso português no sector da educação é um bom exemplo de como *blogs* surgiram como “voz” paralela à dos sindicatos.

A Internet também ajuda os sindicatos a consultarem os sócios de forma expedita. O movimento sindical britânico tem exigido [que o “deixem ser digital”](#). Tendo em conta que a [Thatcher](#) impôs o [voto secreto e uma participação mínima de 30%](#) para se declarar greve, limiar que aumentou para 50% em 2016, a [TUC](#) reclama o voto electrónico para lidar com as dificuldades acrescidas de mobilização.

Importa esclarecer que o voto (electrónico) é utilizado por muitos sindicatos, alguns inclusivamente prevêm-no nos seus Estatutos (como sucede na Alemanha), mas trata-se de mecanismos criados pelos próprios sindicatos e não por imposição selectiva do Estado.

Resultados – Percepção positiva sobre a Internet

Uma primeira evidência dos resultados do inquérito é que, para além das fontes oficiais (escola e ministério) e dos colegas, os sindicatos são para os professores do quadro (50% - professores contratados 36%) a principal fonte de informação sobre matérias laborais, enquanto para os professores contratados é a blogosfera e redes sociais que surgem primeiro (46% - professores do quadro 23%).

Estando perante uma amostra que utiliza muito a Internet (92% usa diariamente para fins laborais e 87% para fins pessoais), não surpreende que para a maioria dos respondentes a forma de comunicação dos sindicatos mais útil seja o *Email* (65%). No entanto, poderá ser entendido como baixo o número de respondentes que valoriza o *site* e o Facebook do sindicato. Os professores contratados parecem ainda assim usar mais o Facebook do que os do quadro (23% contra 14%).

A grande maioria considera que a Internet permite dar a sua opinião mais facilmente (77%), assim como proporcionar opiniões diferenciadas (66%),

mas também considera que os sindicatos a têm usado essencialmente como forma de substituição dos meios tradicionais (65%).

Relativamente ao voto para decidir uma greve, os professores do quadro mais do que os contratados manifestam grande disposição para participar (74% contra 55%). De notar que a taxa de não resposta a esta pergunta é importante, sobretudo para os contratados (18% e 37% respectivamente). É de admitir que a situação precária dificulta uma tomada de posição clara sobre uma forma de luta que implica redução de rendimentos e que é feita no quadro de um sindicato do qual estão mais afastados.

Os valores sobem e aproximam-se entre professores do quadro e contratados quando a pergunta é sobre o voto electrónico. Com efeito, 80% dos do quadro e 74% dos contratados dizem que votariam pela Internet se fosse possível. Nesta pergunta há menos professores contratados a não responder (23%). De um modo geral, o voto electrónico é entendido como permitindo a parti-

cipação de todos (83%), não sendo um processo complicado (73%) e, sendo anónimo, é considerado mais livre (59%).

Finalmente, procurando identificar alguma correlação entre os subgrupos analisados e as percepções, podemos dizer que a associação mais forte é a de que os dirigentes/delegados sindicais vêem mais o voto electrónico como sendo complicado e inseguro. As mulheres e os mais novos parecem ser menos “pessimistas” face à Internet. Mas só um estudo mais aprofundado permitir-nos-ia fazer afirmações com certeza.

Em síntese, parece haver um maior recurso dos professores do quadro ao sindicato e dos contratados à Internet como fonte de informação. A percepção sobre a Internet é positiva, embora se conclua que os sindicatos não estão a tirar todo o proveito da Internet. A adesão ao voto e sobretudo ao voto electrónico para decidir de uma greve é grande. Os líderes sindicais serão os mais reticentes ao uso do voto electrónico.

Conclusão

Para terminar salientáremos dois resultados. Primeiro, parece existir uma diferenciação de percepções entre professores do quadro e contratados, mais do que entre outros com diferentes atributos sociodemográficos ou relação com os sindicatos. Segundo, os líderes sindicais parecem ter uma percepção menos favorável ao uso do voto (electrónico) do que quaisquer outros.

Para a compreensão destes resultados valerá a pena, por exemplo, confrontá-los com a experiência de outros países. E não podemos deixar de ter presente que a segmentação do mercado de trabalho tem reflexos nas atitudes e comportamentos. Conhecer melhor para envolver mais os trabalhadores precários é um desafio actual que se coloca, de resto, ao movimento sindical de um modo geral.

Finalmente importa reconhecer que uma das limitações deste inquérito é que incide sobre percepções, pelo que há que admitir que as práticas possam ser distintas. ■

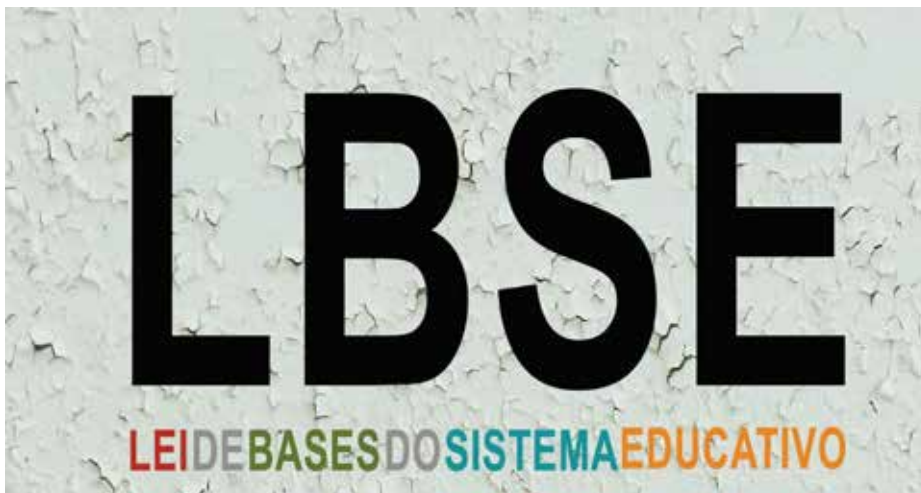
Nota: A autora não utiliza o novo acordo ortográfico

Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação

Lígia Galvão
Dirigente do SPGL

A 14 de Novembro, no Instituto Politécnico de Leiria, decorreu um seminário promovido pelo Conselho Nacional de Educação, inserido num ciclo sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo, sendo este dedicado ao tema “Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação”.

Participaram membros do CNE, professores e investigadores das Universidades de Lisboa, Aveiro e Minho, autarcas e membros dos sindicatos de professores.



Estiveram em discussão aspetos ligados ao estipulado na alínea g) do artigo 3º da LBSE, sobre como “descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação

às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”.

O professor João Manuel Pinhal (U. Lisboa) deu conta das principais dificuldades encontradas, referindo que as

iniciativas no sentido de descentralizar se limitam ao sistema escolar quando deveriam ser mais abrangentes e ainda que partem de cima para baixo, reforçando a resistência à ideia da existência de políticas locais de educação. Defendeu que os municípios estão em melhor posição para construir e executar um projeto educativo local, num processo cuja democraticidade seria assegurada pela participação das organizações educativas e da sociedade em geral. Sublinhou a importância da iniciativa local e dos conselhos municipais de educação para que a descentralização se venha a efetuar numa base política e não meramente administrativa, assegurando assim uma dimensão territorial na definição de políticas educativas.

O professor António José Ganhão, que falou simultaneamente na sua qualidade de professor aposentado e ex-autarca, deu exemplos de boas práticas no sentido da descentralização, precisamente por terem as iniciativas partido da base e não do topo da administração, garantindo-se desta forma a adesão dos intervenientes, reduzindo o nível de resistência e preservando a autonomia das escolas. Fez também um historial da produção legislativa nesta matéria e dos avanços e recuos que se têm registado, desde o protocolo entre a ANMP, MEC e MTSS até às cartas educativas e aos contratos de municipalização.

Seguiram-se intervenções por parte da assistência de que se destaca a de Francisco Almeida, defendendo o ponto de vista da Fenprof nesta matéria, e que mereceu da parte do professor A. J. Ganhão a afirmação de concordância com a proposta da Fenprof, exceto no que se refere à existência dos conselhos locais de educação. Houve também intervenções de autarcas presentes, uns preocupados com a autonomia pedagógica das escolas, outros parecendo

pesarosos pela suspensão dos contratos de municipalização.

A professora Linda Gonçalves Veiga (U. Minho) apresentou os resultados de um estudo que relaciona a descentralização com o desempenho escolar, analisou indicadores de descentralização em Portugal no contexto internacional, referindo o retrocesso ocorrido no recente período de austeridade e vincou a importância do contexto institucional para o sucesso da descentralização. O professor Alberto de Jesus Almeida (Museu Pedagógico de Lamego) chamou a atenção para o facto da retórica política descentralizadora estar muitas vezes associada a um reforço dos poderes da administração central e à imposição de lógicas de ordenamento, tendo afinal como pano de fundo o controlo sobre as escolas. Referiu a tendência verificada a partir dos anos 80 para o aumento da margem de autonomia das escolas, principalmente no pré-escolar e no 1º CEB, que considerou estarem agora insularizados pela verticalização imposta pelos últimos reordenamentos da rede escolar e pela criação dos mega-agrupamentos.

A professora Dora Fonseca e Castro (U. Aveiro) colocou em confronto o discurso político-normativo e a ação em matéria de descentralização. Problematizou as relações institucionais entre poder central e poder local e concluiu que “apesar de o poder central difundir o discurso da descentralização e da autonomia, no plano da ação registamos apenas avanços e recuos em movimentos de alguma desconcentração de poderes ainda marcados pela mesma lógica centralizadora, hierárquica e burocrática, marca da herança histórico-social, e agora também sob a modulação de políticas económicas neoliberais”.

O professor António Sousa Fernandes (U. Minho), que foi autor de propostas sobre descentralização, direção e gestão escolar, e contratos de autonomia, abordou questões relacionadas com estes temas, o modo como se interligam, como distribuir atribuições e competências pelos parceiros e instituições intervenientes num processo de descentralização. Historiou o que tem vindo a ser feito, identificou as resistências às propostas governamentais, elencou as razões justificativas para a existência de um nível local de administração na educação, referiu experiências europeias nesta matéria e terminou apresentando uma proposta adaptada à realidade portuguesa.

O professor António Neto-Mendes (U. Aveiro) defendeu que “a descentralização pode permitir a construção de novas centralidades quando potencia uma efetiva cedência de competências (entendidas como espaços de decisão coletiva e expressão autónoma da comunidade local) às instâncias locais, sejam estas municípios ou escolas”. Considerou os processos recentes repletos de luzes e de sombras e apontou a necessidade de aprofundar questões como “a legitimidade do poder central e do poder local para uma intervenção ao nível da educação formal, as lógicas da ação em contextos de decisão sobre-determinados pela nova administração pública e a confusão entre lógicas de desconcentração administrativa e de descentralização democrática”.

A encerrar a sessão esteve o professor David Justino que, ao pretender fazer a síntese dos trabalhos, nos surpreendeu com a defesa das suas próprias ideias sobre o assunto, não coincidentes com o sentido das intervenções havidas. ■

Consulte a nossa página em
www.spgl.pt





O lançamento simbólico do barquinho chamado NADA

O barquinho chamado NADA – peça fulcral do projeto educativo “Leva Portugal ao mundo” da Escola Anselmo de Andrade, de Almada – teve o seu lançamento simbólico dia 8 de novembro, numa caravela no estuário do Tejo, com ponto de encontro no Clube Náutico. Momento de entusiasmo e partilha envolvendo os professores e alunos que participam no projeto.

Lúgia Calapez
Jornalista

“Este projeto começou em janeiro de 2016, com a apresentação das etapas do projeto. Em fevereiro começámos a delinear o projeto artístico. Em março fomos à FIL, apresentámos o projeto NADA”. Guilherme, 14 anos, do 8º A e Joana, 13 anos, do 8º B (as duas turmas participantes no projeto), sintetizam alguns dos passos de um projeto em que participam desde o início, abrangendo pesquisa, investigação, exploração do tema, a decoração do barco e elaboração de mensagens. E que, agora, depois do lançamento, entrará numa outra fase: o acompanhamento do barquinho, então já no alto mar, no *site* da NOAA (com monitorização, simulações, previsões).

A etapa do projeto – agora concluída – exigiu muito trabalho de pesquisa. Joana destaca a pesquisa para “os ícones de Portugal”. “A minha turma, por exemplo, fez vários PowerPoint – podia ser PowerPoint ou um trabalho de grupo – em que caracterizávamos o que é que significava cada símbolo que púnhamos no barco”. A turma do Guilherme empenhou-se numa “pesquisa bem alargada, porque íamos representar Lisboa e Almada – que é onde nós vivemos e onde estudamos. Procurámos os monumentos mais importantes de Almada e Lisboa e combinámos várias imagens para os representarmos”. Da pesquisa passou-se ao projeto artís-

tico, no quadro de EV. Primeiro em papel. Depois, “desde setembro-outubro, começámos a pintar no barco. Com a ajuda das professoras”.

Em todo este processo são múltiplas as áreas e professores envolvidos. Da Educação Visual às línguas (Inglês, Francês, Espanhol e, naturalmente, Português), às Ciências, História, Geografia. E mesmo Educação Física – com uma coreografia apresentada no momento deste o lançamento simbólico do NADA.

As línguas “para as mensagens postas no barquinho. Escritas por nós. As mensagens que nós queríamos transmitir a outras pessoas. A mensagem dos alunos da Escola Anselmo de Andrade – jovens da nossa idade – de como é ser português e viver em Almada”, diz Joana. E Guilherme acrescenta: “Também explicámos as nossas culturas e hábitos, entre outros. Para o país que receber o nosso barco ficar a saber a nossa mensagem, a nossa cultura”.

Todo o agrupamento foi envolvido no projeto. “Os meninos da pré-primária fizeram desenhos. Não fizeram mensagens, fizeram desenhos. E não nos podemos esquecer dos do ensino especial da nossa escola – que também fizeram um desenho do barquinho – que nós vamos pôr no barco”, salienta Joana.

A parte mais técnica teve o apoio incontornável – entre outros – do Clube Náutico. “Foi aqui, no Clube Náutico, que isolámos o barco com espumas e com silicões. Produtos utilizados na indústria naval. E o barco é concebido para não afundar. Porque ele é feito de

fibra de vidro”, sublinha Guilherme. “Espero que não afunde...”.

Após este lançamento simbólico, o NADA será largado no alto mar. Na esperança que chegue a outro país, que seja recebido por outra escola.

Outra fase se inicia. O acompanhamento diário, através do *gps* colocado a bordo, de um percurso instável. Uma viagem longa, talvez de dois anos. Que irá permitir aprender, de uma forma mais vivida, ventos e correntes, fazer cálculos e previsões.

E, se tudo correr bem, este projeto – de que os nossos entrevistados dizem estar a “gostar imenso” – proporcionará ainda estabelecer contato “entre a nossa escola e outras escolas de outros países”.

Pontes entre gentes e realidades diversas. Talvez hoje mais essenciais que nunca. ■

NADA

- Quem nada não se afoga (ditado português) e é o que pretendemos que aconteça ao barquinho
- Pode ser Navio Anselmo De Andrade
- No NADA encontramos Almada, Anselmo e Atlântico
- E já dizia Fernando Pessoa: “O mito é o nada que é tudo” (poema A Mensagem)

<http://www.spgl.pt/Media/Default/Info/20000/700/70/6/E1%20272%20PDF%20NET.pdf>

www.emepc.pt/kit-do-mar/projetos/leva-portugal-ao-mundo

<http://www.emepc.pt/pt/kit-do-mar/west>



“Jogam com as nossas vidas”

Entre 24 de outubro e 6 de novembro, 17 iniciativas em 8 cidades portuguesas trouxeram à agenda pública as várias lutas pela justiça social e climática, numa quinzena da ação convocada pela campanha Empregos para o Clima.

Sofia Vilarigues
Jornalista

“Escola Informação” esteve à conversa com três dos participantes e organizadores da quinzena de ação “Jogam com as nossas vidas”: Ana Mourão, Sinan Eden e João Costa.

Balanço

“A campanha Empregos para o Clima é uma campanha que existe em diferentes países, cerca de 8 países neste momento, e que começou originalmente no Reino Unido em 2008”, começou por dizer Ana Mourão. “A ideia da campanha é aliar duas lutas, que é a luta contra as alterações climáticas e a injustiça climática por um lado e, por outro lado, a luta contra o desemprego e a precariedade laboral”. “Esta campanha em Portugal tem cerca de 1 ano de trabalho por detrás”, elucida Ana Mourão. “A partir do momento em que a campanha foi para a rua pela primeira vez, no 1º de Maio, quisemos criar um novo momento de manifestação visível e pública em favor dos valores desta campanha e assim surgiu a quinzena de ação com o mote ‘Jogam com as nossas vidas’”.

O balanço que fazem da quinzena de ação é positivo. Ana Mourão sintetiza: “A nível global nós tivemos no total nacional dezassete eventos diferentes, oito dos quais em Lisboa. E depois, mais recentemente, participámos também na organização da marcha ‘Salvar o Clima, Parar o Petróleo’, que aconteceu já fora da quinzena, mas a quinzena também constituiu algum balanço, algum momento de mobilização para esta marcha.

Ana Mourão avalia ainda: “Para além da extensão geográfica (houve ações em várias cidades do país, do Porto ao Algarve), para além da quantidade de eventos, nós também diríamos que houve bastante variedade. E houve variedade não só nos temas como também nas formas. Conse-

guimos abranger temas desde a questão dos transportes coletivos, da mobilidade sustentável, das fontes de energia, o carvão em particular, o petróleo e gás, o acordo bilateral CETA, o tema dos empregos verdes, da transição justa, o tema das alterações climáticas em si, o tema do consumo, movimentos sociais. E, por outro lado, houve uma variedade de formas, de diferentes tipos de iniciativa que foram criadas. Desde, por um lado, formações, seminários, debates a, por outro lado, ações mais de rua, como por exemplo a distribuição de panfletos, a ação direta, *flashmob*, e ainda projeção de filmes, uma exposição, uma loja grátis, uma banca, um protesto”. “Portanto é um balanço bastante positivo, não só para a quinzena em si como para a campanha também”, conclui Ana Mourão.

No âmbito da quinzena, o SPGL organizou uma formação em alterações climáticas, em que vários professores juntaram-se para aprender a ciência climática e para discutir a campanha Empregos para o Clima. Sinan Eden foi um dos formadores, e destaca que foi “bastante interessante” e que “nós sempre ficamos a aprender coisas muito melhor ouvindo os comentários das pessoas”.

Outro exemplo de ação desta quinzena foi um *flashmob* em torno da assinatura do CETA. “O que nós quisemos transmitir com a ação foi basicamente que se as pessoas se unirem, se as pessoas trabalharem em conjunto, conseguem algo”, sublinha João Costa.

Perspetivas futuras

Sobre as perspetivas futuras, Ana Mourão elucida-nos: “Neste momento fizemos um trabalho grande no sentido de expandir a campanha. O facto de termos obtido, este ano, formalmente, o apoio da CGTP, foi uma conquista de relevo, porque abre também a porta a que uma série de outros sindicatos se possam envolver. O que acontece nos outros países, os 8 países de que falei, é que os sindicatos são sempre uma parte muito integrante desta campanha. A nível de ações futuras, agora que trabalhamos para a expansão desta campanha, estamos a tomar um momento, aproveitando também que é o final do ano, as pessoas ao nível de ação direta podem ficar um boca-

deito mais indisponíveis, e vamos investir em aprofundar os conteúdos da campanha. Estamos a investir neste momento numa publicação mais detalhada sobre os conceitos da campanha e os contornos que a campanha deve tomar em Portugal, nomeadamente a nível de quantos empregos serão criados, em que sectores, qual é que vai ser a redução de emissões, quais é que serão os custos, de onde é que virá o financiamento, que contornos é que a campanha tomará no contexto português. Porque em cada país a campanha toma o contorno que é relacionado com o contexto em que está a ser defendida. Estamos neste momento envolvidos na preparação e contacto com especialistas para esta publicação. E, por outro lado, estamos também a preparar uma série de vídeos muito breves, explicativos dos princípios básicos desta campanha, numa perspetiva de chegar a mais gente e explicar este conceito”.

“Há duas dinâmicas em geral nos movimentos sociais”, acrescenta Sinan Eden, “que é esta dinâmica de que a Ana falou, que é aprofundar e expandir, esta dinâmica em que fizemos o lançamento, aprofundamos, fizemos a quinzena de ação, agora estamos a aprofundar. Por outro lado, no movimento de luta, movimento pela justiça climática, também há outra dinâmica que é outra vez aprofundar mas, neste caso, aprofundar em locais diferentes, ou seja descentralizar e centralizar. Centralizar para manifestar no sentido literal da palavra, centralizar a dizer que nós estamos aqui, estamos todos juntos a fazer uma coisa. Descentralizar para diversificar as várias dinâmicas de luta e depois centralizar outra vez. Então a quinzena de ação o que fez foi exatamente diversificar, mostrar que há lutas como transportes públicos, tratados de comércio livre, exploração de petróleo e gás, várias lutas em várias frentes, nós mostrámos isto, e depois, uma semana depois, estivemos todos juntos a fazer uma marcha ‘Salvar o Clima, Parar o Petróleo’”.

Para breve, informa-nos Sinan Eden “já temos duas iniciativas marcadas no SPGL, uma para Fevereiro outra para Março, integradas nas Jornadas Pedagógicas”.

Há fotografias e breves descrições de várias das ações no *site* da campanha. O endereço é www.empregos-clima.pt ■

Breve visita a Mário Dionísio no centenário do seu nascimento

Paulo Sucena
Presidente do Conselho Geral do SPGL

É com verdadeiro júbilo que felicito “Escola Informação” pelo facto de assinalar nas suas páginas o centenário do nascimento de Mário Dionísio, professor emérito, figura proeminente da cultura portuguesa, poeta, contista, romancista, crítico literário, pintor, ensaísta e mestre de cidadania.

Mário Dionísio foi meu professor de Literatura, no antigo 6º ano do liceu, no Colégio Moderno, no ano lectivo de 1956-57, altura em que começou a escrever uma das suas obras maiores, “A Paleta e o Mundo”, que veio a terminar em 1962. Mas do professor não vou falar, basta-me dizer que guardo na memória o gosto com que ia para as suas aulas que, naqueles tempos, não trocava pela mais renhida partida de matraquilhos no “nosso” café do Campo Grande. Guardo também a amável firmeza, quase cúmplice e por isso estimulante, com que me disse que achava bem que lesse os livros de que gostava (viu-me com um livro de Eugénio de Andrade) desde que não esquecesse o estudo dos autores que o programa de Literatura contemplava.

Creio que a maioria dos seus alunos sabia que Mário Dionísio era poeta e crítico literário e foi com satisfação que acolhemos a notícia de que ele estava a escrever, em fascículos, o ensaio “A Paleta e o Mundo”, título que mais tarde vim a encontrar num artigo de Mário Dionísio, publicado na revista *Vértice* (Fev. de 1945), a propósito de um livro de reproduções da obra do pintor Marcel Gromaire realizada até 1929, segundo informação do ensaísta.

Esta faceta de Mário Dionísio, que começou a pintar no início da década de 40, acompanha-o vida fora e, para além dos estudos que produziu sobre vários

pintores, permito-me sublinhar os seus oito textos, intitulados “Encontros em Paris”, publicados na revista *Vértice*, o primeiro no número de Dezembro de 1949 e o último no número de Novembro de 1950. Encontros com Lurçat, o mago das lãs; com Fernand Léger, um jovem de 68 anos; com Fougeron; com o pintor de Buchenwald; com Pignon; com Orazi, um italiano em Paris; com Chávez Morado e Carlos Scliar, o ilustrador de Jorge Amado.

A propósito dos “Encontros em Paris”, Mário Dionísio, num texto subordinado ao título “A Força e a Forma” (publicado no número de Maio de 1951 da revista *Vértice*), escreve: “Deve-se conhecer a vida com a intenção de representá-la, não escolasticamente, não como «natureza-morta», não simplesmente como «realidade objectiva», mas no seu **desenvolvimento real e recriador.**” (*sublinhado nosso*). No número de Junho de 1951, Mário Dionísio termina “A Força e a Forma” citando Garcia Lorca: “Se é verdade que sou poeta pela graça de Deus – ou do demónio, também é verdade que o sou pela graça da técnica e do esforço, e de ter absoluta noção do que é o poema”. E ainda citando George Besson: “As mensagens da pintura só são duráveis pelo seu conteúdo humano. Só são eficientes pela perfeição do ofício”.

Estas certezas orientaram o pensamen-

to de Mário Dionísio, o mais sagaz e culto ensaísta provindo do neo-realismo (ele preferia a designação arte nova), em todo o seu percurso de crítico, iniciado fulgurantemente quando tinha pouco mais de vinte anos e que aos vinte e oito o lançou numa áspera polémica com João Pedro de Andrade, nas páginas de *Seara Nova*, a cuja visão idealista da arte Mário Dionísio se opunha. Da polémica resultou o ensaio com o título “Ficha 14”, cuja capa se reproduz para ilustração deste texto.



Tendo em conta o exíguo espaço de que disponho, gostaria de, a terminar, esboçar um singelo relance sobre dois livros de poemas de Mário Dionísio: “Poemas” (Coimbra, Novo Cancioneiro, 1941) e “Terceira Idade” (Lisboa, Publicações Europa-América, s/d). É a poesia de um homem extremamente



culto e actualizado que, em 1938, já conhecia Fernando Pessoa e a poesia do seu heterónimo Álvaro de Campos, desconhecida para a maioria dos portugueses. Da influência deste conhecimento deixo um breve apontamento retirado do poema “No Cais” (in “As Solicitações e Emboscadas”, pág. 62, Coimbra, Atlântida, 1945).



*Oh quarteirões de casas escuras
o que enche aqui o ar é este grito
repetido
dos guindastes no cais
e a matraca repetida dos comboios
de mercadorias
Oh quarteirões de casas escuras.*

Antes ainda de abordar a poesia de Mário Dionísio não me parece despiçando reproduzir algumas das suas palavras, que mostram o enlace existente entre o poeta e o teorizador, retiradas de um artigo publicado em *O Diabo*, de Janeiro de 1939: “... Nunca alguém disse que queria uma arte panfletária. Nunca alguém disse que se pretende impor ao artista estes e aqueles temas e proibir-lhes outros...” [M. D. exemplifica isso com a publicação do livro “O Dia Cinzento”, que ao tempo gerou polémica por o autor ter preterido nos seus contos personagens da classe operária e suas circunstâncias de vida em favor da descrição de ambientes urbanos pequeno-burgueses e dos actores que neles se movem]. “... quando se fala na arte humana não se quer dizer humanitária (...) quando se pretende uma arte útil não se pense em utilidade imediata (...) quando se advoga uma

arte social não se quer dizer política na arte...” (citado por A. Pinheiro Torres em “O movimento neo-realista em Portugal na sua primeira fase”, pág. 14, Biblioteca Breve, 1977).

Aportemos então à poesia de Mário Dionísio. Ela mostra-nos o percurso de um sujeito poético inicialmente cercado pela rede da sua própria subjectividade geradora de um amargo abandono e de uma pesada solidão, que o título da primeira parte do livro “Poemas” (1941) revela – *O Homem Sozinho na Beira do Cais*. Situação também provocada pelas circunstâncias político-sociais existentes na sociedade portuguesa daquele tempo. Porém, a segunda parte de “Poemas”, que abre com *Anunciação*, seguida de *Pregão* e de *Com Todos Os Homens Nas Estradas do Mundo*, oferece-nos uma voz que se revolta contra a inaniade pequeno-burguesa, egotista e alienada, e proclama a libertação do poeta de um passado que veementemente recusa e troca pela solidariedade (título de um poema) *entre o Eu e o Nós na natural conjugação do verbo ser*, pelo preito à mulher nova (*Vejo-te mãe de milhões de homens novos / de rosto calmo e olhos firmes*), pelo compromisso com o sangue impetuoso que lhe corre nas veias (*Sangue impetuoso / não te submetas nunca! (...) Caminha, corre, salta, / - rebeldemente, impetuosamente!*), pela fidelidade à sua *Arte Poética* (título de um poema) em que declara que *A poesia está em tudo quanto vive, em todo o movimento, / (...) na angústia da vida. // A poesia está na luta dos homens, / está nos olhos rasgados abertos para amanhã*. O livro fecha com *Poema Do Sacrifício Sublime* em que harmoniosamente o poeta cinge as duas partes que substantivamente na verdade o constituem:

*Minha mocidade fresca,
quero sacrificar-te inteiramente à minha realização.
(...)
Partir sem uma hesitação, de olhos abertos,
com a firmeza única de quem tem a certeza,
com decisão, com raiva, com delírio
e com o encantamento, a feliz perturbação, a embriaguez,*

*a silenciosa alegria
duma virgem que parte para o minuto
de núpcias.*

Vamos encerrar esta precária visitação à poesia de Mário Dionísio com uma nota de leitura sobre “Terceira Idade” (Publicações Europa-América, Lisboa, s/d), publicado no início da década de 80, um livro incontornável na obra do poeta. Apesar de considerar que não há uma fractura no percurso poético de Mário Dionísio, é todavia de assinalar que este livro viu afastado das suas páginas o optimismo, a esperança numa acção crítica de rasgar caminhos novos, caminhos de mudança trilhados pelos humanos em busca de uma vida outra num mundo transformado. Na verdade, “Terceira Idade” é um livro atravessado por uma onda disfórica, um livro onde um sopro apolíneo desapareceu para dar lugar a uma bacidão magoada em cujos interstícios pulsa uma perplexidade de algum modo reductora do estro de um sujeito poético despojado do ímpeto de “Poemas” e que se sente agora um *eterno residente do disperso*.

De outro ângulo, o poeta da “Terceira Idade” assume um trajecto que o foi privando de múltiplas coisas, incluindo a sua tenaz capacidade de chegar aos outros com o seu discurso claro e rigoroso, pois diz-nos que hoje mergulhar no universo das palavras *é como viajar num túnel tacteando/a treva carregado de espanto e de mãos nuas*.

Seja-me permitido, a terminar e em síntese, dizer que a busca do outro foi uma constante na poesia de Mário Dionísio, mesmo que revestida de uma densa angústia ou de uma pesada melancolia como ressuma destes versos: *Eu caminhando à procura dos outros / que não estão onde estavam ou fui eu que me perdi*.

E fê-lo sempre com uma linguagem de excelente qualidade literária que foi sempre um propósito primordial de alguém que considerava que a militância cívica do poeta “de modo nenhum deveria impedir o artista de dedicar-se ao conhecimento profundo da linguagem específica da arte e seus problemas. Que não havia arte revolucionária sem começar por ser arte”. (“Autobiografia”, 1987). ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9129
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantess@spgl.pt

●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt

●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Ações de Formação



Ação nº 1

24 e 31 de janeiro (3ª feira)

O Excel aplicado à prática docente

(...) Assim, pretende-se, com esta formação, desenvolver competências básicas que permitam aos professores um correto manuseamento de folhas de cálculo.(...)



Ação nº 2

1 de fevereiro (4ª feira)

Apresentação do Jogo "Tempo de Vida: 6 Graus"

As alterações climáticas não são um problema do futuro (...). De facto, é provável que as crianças e jovens de hoje venham a ser afetados por todos os seus efeitos conhecidos.



Ação nº 3

7 e 14 de fevereiro (3ª feira)

O Professor em Sala de Aula... Corpo/Postura e Voz

Jogos e exercícios lúdicos para colmatar e amenizar o dia a dia do professor em sala de aula. Criatividade e voz, leitura e descoberta de outras formas de animação criativa.(...)



Ação nº 4

8 de fevereiro (4ª feira)

Integração Sensorial – O Poder dos Sentidos

(...) importa dotar os Professores e Educadores de conhecimentos relativos a características de eventuais dificuldades de processamento sensorial,(...)



Ação nº 5

9 de fevereiro (5ª feira)

Educação de Infância e a Escolarização Precoce: Processos e Práticas

(...) a ação de formação focalizar-se-á na lógica escolar que tem colonizado as práticas pedagógicas, sobretudo no Jardim de Infância.(...)



Ação nº 6

9 de fevereiro (5ª feira)

Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar de 2016

A sessão de apresentação das Orientações Curriculares para a Educação pré-Escolar de 2016 visa dar a conhecer o processo desenvolvido na revisão do documento de 1997 e as mudanças verificadas. (...)



Ação nº 7

17 de fevereiro (6ª feira)

Perturbações da Hiperatividade e Déficit de Atenção

OPHDA é uma perturbação cada vez mais comum nas crianças. Como se detetam os primeiros sintomas? Qual o papel da Escola?



Ação nº 8

9 de março (5ª feira)

O Papel da Escola na Construção da Igualdade entre Mulheres e Homens

(...) Tem como objetivo principal sensibilizar as/os docentes para questões relacionadas com o tema em contexto escolar, nomeadamente, evidenciando os direitos de igualdade e cidadania; identificando relações de género,(...)



Ação nº 9

14 de março (3ª feira)

Alterações climáticas: O maior desafio da história da humanidade

Esta formação, incluirá todos os aspetos fundamentais desta temática, desde a ciência à história das políticas climáticas, desde o contexto português até propostas de solução.(...)



Ação nº 10

17 de março e 28 de abril (6ª feira)

Oficina de Cerâmica no Atelier do Ceramista

Construção de uma peça em grés com as técnicas tradicionais da cerâmica. (...) www.avlapa.com



Ação nº 11

21 de março (3ª feira)

A Arte, a Educação e o Lugar – A partir de um conjunto de dinâmicas de leitura, o livro serve de mote para uma viagem, a viagem do leitor ao lugar da narrativa. Nesta ação a narrativa assume-se como um colectivo de caminhos e linguagens que dialogam entre si e levam o leitor ao/aos lugar/lugares de leitura. (...)

visitas



Visita nº 12

21 de janeiro (sábado)

Casa da Música e Serralves

Casa da Música - (...) tornou-se um ícone da arquitetura contemporânea, atraindo visitantes dos mais variados pontos do mundo. (...)

Serralves - "Joan Miró Materialidade e Metamorfose" (...) abarca um período de seis décadas da carreira de Joan Miró, de 1924 a 1981. (...)



Visita nº 13

4 de fevereiro (sábado)

Palácio de Mafra "Memorial do Convento" – O ano de 2017 é, um ano importante para o Palácio Nacional de Mafra, em 17 de Novembro celebra-se o terceiro centenário (...) <http://www.palaciomafra.pt/>
Nota: Visita seguida eventualmente da peça de Teatro "Memorial do Convento" a confirmar em janeiro pelo Palácio. Será divulgada no nosso site e facebook.

Para informações mais detalhadas consulte:

- <http://www.spgl.pt/jornadas-pedagogicas>
- facebook: SPGL - Jornadas Pedagógicas da DR de Lisboa



Visita nº 14

11 de fevereiro (sábado)

Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e Museu do Aljube - Resistência e Liberdade

O Limoeiro O local do atual CEJ é um espaço ligado a momentos marcantes na história de Portugal.(...) <https://www.portaldocidadao.pt/web/centro-de-estudos-judiciarios/centro-de-estudos-judiciarios>

Museu do Aljube – Resistência e Liberdade
O Museu é dedicado à memória do combate à ditadura e da resistência em prol da liberdade e da democracia.(...)



Visita nº 15

15 de março (4ª feira)

MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia

No novo *Circuito Central Elétrica* confluem a memória tecnológica e as energias do futuro. (...) <https://www.maat.pt/pt/exposicoes/circuito-central-eletrica>

Exposições: Liquid Skin. Apichatpong weerasethakul, Joaquim Sapinho

<https://www.maat.pt/pt/exposicoes/liquid-skin-apichatpong-weerasethakul-joaquim-sapinho>
Dominique Gonzalez-Foerster. Pynchon Park



Visita nº 16

25 de março (sábado)

No Berço do Fado: Lisboa canta e encanta – Da Mouraria a Alfama-do século XIX aos dias de hoje

(...) O fado nasceu no Bairro (...) Depois, seguiu a via aristocrática e literária e saltou para a mesa da fidalguia. Virou "canção nacional" com a rádio e cinema nos anos 20 e 30 do século XX. "Regenerou-se", depois disso, e seguiu rumos de "novo fado" com poetas maiores como letristas das velhas melodias tradicionais. Tudo isto é Lisboa, tudo isto é Fado!!! (...)



Visita nº 17

6 de maio (sábado)

À Descoberta dos Museus de Loures

- Museu do Vinho e da Vinha de Bucelas
- Museu Municipal de Loures Quinta do Conventinho
- Museu da Cerâmica de Sacavém



Visita nº 18

10 de maio (4ª feira)

Visita ao MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia

Visita às Exposições patentes nesta data e circuito central elétrica.(...)



Visita nº 19

20 de maio (sábado)

Visita a Campo Maior

- Centro de Ciência do Café,
- Museu Aberto - conhecer a extraordinária história deste concelho e das suas gentes, desde a pré-história até à atualidade (...)

• Visita à Adega Mayor
<http://www.adegamayor.pt/a-adega/>

Jornadas Pedagógicas

• Direção Regional de Lisboa • 2017



AÇÕES DE FORMAÇÃO

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	O Excel aplicado à prática docente (*)	Manuel Vasconcelos	Todos	24 e 31 de janeiro (3ª feira)	15h00 às 18h00	Sede do SPGL	10
2	Apresentação do Jogo “Tempo de Vida: 6 Graus”	Climáximo	Todos	1 de fevereiro (4ª feira)	16h00 às 18h00	Sede do SPGL	25
3	O Professor em Sala de Aula... Corpo/Postura e Voz (*) (a)	Marcos Pinheiro	Todos	7 e 14 de fevereiro (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
4	Integração Sensorial – O Poder dos Sentidos	Isabel Rocha	Todos	8 de fevereiro (4ª feira)	17h00 às 20h00	Sede do SPGL	25
5	Educação de Infância e a Escolarização Precoce: Processos e Práticas	Catarina Tomás	Pré-Escolar	9 de fevereiro (5ª feira)	09h30 às 12h30	Sede do SPGL	25
6	Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar de 2016	Manuela Rosa	Pré-Escolar	9 de fevereiro (5ª feira)	14h30 às 17h30	Sede do SPGL	25
7	Perturbações da Hiperatividade e Déficit de Atenção	Ana Rodrigues	Todos	17 de fevereiro (6ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
8	O Papel da Escola na Construção da Igualdade entre Mulheres e Homens	Maria José Maurício	Todos	9 de março (5ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
9	Alterações climáticas: O maior desafio da história da humanidade	Climáximo	Todos	14 de março (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
10	Oficina de Cerâmica no Atelier do Ceramista (*) (b)	António Vasconcelos Lapa www.avlapa.com	Todos	17 de março e 28 de abril (6ª feira)	14h00 às 18h00	Atelier (R. Coelho da Rocha, 69 Pavilhão 13-Campo Ourique)	10
11	A Arte, a Educação e o Lugar (c)	Mafalda Milhões	Pré-Escolar e 1º Ciclo	21 de março (3ª feira)	8h30 às 19h00	Livraria Histórias com Bicho Óbidos Local Encontro: Entrada principal do Jardim Zoológico	25

(*) Nas ações desdobradas em 2 dias o certificado de participação será entregue no 2º dia.

(a) É necessário roupa confortável que possibilite uma boa dinâmica dos exercícios.

(b) Ao preço da inscrição **acresce 10€** para materiais

(c) Ao preço da inscrição **acresce 16,50€** (transporte e almoço). Esta ação é realizada na Livraria Histórias com Bicho – Estrada dos Casais Brancos – Óbidos.

VISITAS

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
12	Casa da Música e Serralves Joan Miró “Materialidade e Metamorfose” (1)	Técnico dos Museus	Todos	21 de janeiro (sábado)	07h00 às 23h00	Entrada principal do Jardim Zoológico	40
13	Visita ao Palácio de Mafra “Memorial do Convento” (2)	Técnico do Museu	Todos	4 de fevereiro (sábado)	14h00 às 20h30	Entrada principal do Jardim Zoológico	40
14	Centro de Estudos Judiciários e Museu de Aljube (**)	Técnicos Locais	Todos	11 de fevereiro (sábado)	09h45 às 17h00	Centro de Estudos Judiciários (Largo do Limoeiro)	25
15	Visita ao MAAT – Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia	Técnico do Museu	Todos	15 de março (4ª feira)	17h45 às 20h00	Entrada do MAAT (Av. Brasília)	25
16	No berço do fado: Lisboa canta e encanta (3)	Inez Marques	Todos	25 de março (sábado)	15h00 às 23h00	Igreja da Nossa Senhora da Saúde (Martim Moniz)	25
17	À Descoberta dos Museus de Loures (4)	Técnicos dos Museus	Todos	6 de maio (sábado)	09h30 às 19h00	Entrada principal do Jardim Zoológico	40
18	Visita ao MAAT – Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia	Técnico do Museu	Todos	10 de maio (4ª feira)	15h45 às 18h00	Entrada do MAAT (Av. Brasília)	25
19	Visita a Campo Maior (5)	Técnicos Locais	Todos	20 de maio (sábado)	07h00 às 21h00	Entrada principal do Jardim Zoológico	40

(1) Ao preço da inscrição **acresce 48,50€** (transporte, entradas e almoço).

(2) Ao preço da inscrição **acresce 15,00€** (transporte, entrada e visita guiada). **Nota:** Visita seguida eventualmente da peça de Teatro “Memorial do Convento” a confirmar em janeiro pelo Palácio, **custo 12,5€ pagos no dia**. Será divulgada no nosso site.

(3) Ao preço da inscrição **acresce 27,50€** (auriculares, jantar com fado). **Nota:** É necessário título de transporte para uma viagem de elétrico.

(4) Ao preço da inscrição **acresce 12,00€** (transporte, entradas e prova de vinhos). **Almoço facultativo 18,00€ a pagar no dia**, inscrição até dia 28 de abril (5 dias antes da visita) para 213819177 ou dr@lisboa@spgl.pt

(5) Ao preço da inscrição **acresce 32,50€** (transporte, visitas, almoço, prova de vinhos e de cafés)

(**) Almoço livre.



Regulamento

Jornadas Pedagógicas 2017

1. As Jornadas destinam-se a:

1º - Sócios do SPGL e de outros Sindicatos membros da FENPROF e professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.

2º - Professores/Educadores não sócios.

2. Cada participante paga de inscrição, por Jornada, a seguinte quantia:

- 3,50€ sócios e os professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.

- 26,00€ não sócios.

3. O pagamento da inscrição destina-se a custear parte das despesas de organização.

4. No caso de não ter vaga em alguma das Jornadas pretendidas, o professor/educador será informado por escrito e ser-lhe-á devolvida a importância paga no ato da inscrição.

5. Não haverá lugar à devolução do pa-

gamento da inscrição por motivo de desistência.

6. Custos adicionais (transporte, refeições, estadia, materiais, etc.) serão acrescidos ao custo da inscrição na Jornada.

7. No que se refere às Jornadas que impliquem custos acrescidos, estes serão devolvidos desde que o sócio comunique a sua desistência, sempre devidamente justificada, com pelo menos 15 dias de antecedência e haja outro sócio em lista de espera que o possa substituir.

8. O SPGL não se responsabiliza por qualquer acidente que possa ocorrer.

9. Em todas as Jornadas, serão entregues aos participantes uma ficha de presença, um certificado de frequência/participação e um inquérito de avaliação que deverá ser devolvido no final de cada Jornada.

10. Poderão ainda participar, nas visitas, familiares ou outros acompanhantes dos sócios, nas mesmas condições destes. Es-

tas inscrições ficam condicionadas à existência de vagas.

11. Os interessados devem inscrever-se na Sede do Sindicato ou preencher uma ficha de inscrição e enviá-la, junto com o respetivo pagamento, até 15 dias antes da Jornada, para:

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

Rua Fialho de Almeida, N° 3 – 1070-128 Lisboa

- E-mail: drlisboa@spgl.pt

- Fax: 213819197

Podem ser obtidas informações pelo telefone: 213819177 ou utilizando para esse efeito o e-mail: drlisboa@spgl.pt

Nota: informações mais detalhadas em

<http://www.spgl.pt/Jornadas>

Pedagógicas

facebook: SPGL - Jornadas Pedagógicas

da DR de Lisboa

Ficha de inscrição Jornadas Pedagógicas 2017

Nº de entrada _____ Sindicato _____ Sócio nº _____ Não sócio Familiar/acompanhante

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ CP _____ - _____

Tel: _____ Tm: _____ E-mail _____

Escola _____

Situação Profissional: Quadro/efetivo Contratado Aposentado Grau de ensino: _____ Particular Público

Ações/Visitas em que pretende participar (assinalar o nº da ação/visita):

nº nº nº nº nº nº nº

Inscrição por cada Jornada: Sócios do SPGL ou de outros Sindicatos da FENPROF - 3,50€; Não Sócios - 26€.

PAGAMENTO:

Transf Bancária [IBAN: PT50 0036 0103 99100005430 42 (Montepio Geral) - enviar comprovativo transf. bancária juntamente com ficha de inscrição]

Cheque Cheque nº _____ Banco _____

Numerário

Vale Postal

Valor _____ € [por extenso] (_____)

NOTA: Indicar o seu IBAN para eventual devolução, caso a(s) inscrição(ões) não seja(m) aceite(s).

IBAN:

Enviar, juntamente com o comprovativo de pagamento, para: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa . **E-mail:** drlisboa@spgl.pt. **Fax:** 213819197

Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL

Visitas guiadas às exposições Amadeo Sousa Cardoso e Joan Miró



Programa:

Dia 20/12:

9h – Partida de Sete Rios
12h30 – Chegada à cidade do Porto
– Almoço Livre
15h00 – visita guiada à **Exposição Amadeo de Souza-Cardoso, Porto-Lisboa, 2016-1916** no Museu

Nacional Soares dos Reis.

18h00 – Transporte ao Hotel Quality in na Praça da Batalha.

Dia 21/12:

Pequeno almoço no hotel e transporte ao Museu de Serralves.
10h00 – visita guiada ao **Museu de Serralves e Parque**
11h00 – Visita Guiada à **Exposição**

de Joan Miró: **Materialidade e Metamorfose**

13h00 – almoço livre e regresso a Lisboa

Preço: 85€ em quarto duplo / suplemento quarto individual: 25€
Inclui: transporte, hotel (APA), audíofones e seguro de viagem.

Workshop de Movie Maker



15 dezembro – 10H30 – 12H30

19 dezembro – 10H30 – 12H30

Sala de informática do SPGL

1. Barra de ferramentas do programa
2. Seleção de fotos e vídeos

3. Títulos e Legendas
4. Ferramentas da legenda
5. Inserir música
6. Ferramenta da música
7. Ferramentas do vídeo
8. Copiar e colar
9. Ficha técnica
10. Guardar (gravar) filme
11. Publicar no youtube (gravar num dvd)

Nota: Para o de Movie Maker é necessário computador pessoal para se poderem instalar os programas necessários.



16 de Dezembro
Jantar-Convívio de
Natal e espetáculo
no Teatro A Comuna

Legislação

- **Portaria n.º 282/2016 de 27/10**

Portaria que procede à regulamentação do modelo de acompanhamento personalizado para o emprego, bem como das modalidades e formas de execução do Plano Pessoal de Emprego (PPE), da realização e demonstração probatória da procura ativa de emprego e de outras vertentes relevantes para a concretização das obrigações

- **Despacho n.º 13331-A/2016 de 08/11**

Revisão e atualização do calendário de avaliação, certificação e adoção de manuais escolares aprovado pelo Despacho n.º 11421/2014, de 11 de setembro, na redação vigente, com vista à definição das disciplinas e respetivos anos de escolaridade dos manuais escolares objeto de avaliação e certificação durante o ano escolar de 2016/2017

- **Despacho n.º 13342/2016 de 09/11**

Criação do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas

- **Resolução da AR n.º 217/2016 10/11**

Recomenda ao Governo que equipare o regime do setor público ao regime do setor privado, em que é permitido, a quem pretender, continuar a trabalhar depois dos 70 anos de idade

- **Portaria n.º 425/2016 de 17/11**

Altera a Portaria n.º 101/2016, de 14 de abril, que autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as entidades proprietárias das escolas privadas que ministram cursos de ensino vocacional de nível básico, iniciados no ano de 2015-2016

- **Declaração de Retificação n.º 1125/2016 18/11**

Retifica o anexo V do Despacho n.º 8294-A/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 120, de 24 de junho

- **Parecer n.º 5/2016 de 18/11**

Parecer sobre a organização da escola e promoção do sucesso escolar

- **Resolução do CM n.º 71/2016 de 22/11**

Autoriza a realização da despesa relativa às atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo de 2016/2017

ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)



Até 22 de dezembro, visite a exposição do pintor Lima Carvalho. A não perder.

Em **5 de janeiro: exposição de esculturas de António Pedro Ferreira Marques.** É professor na Faculdade de Belas Artes de Lisboa.

O meu livro quer outro livro:

No passado dia 23 de novembro, **Pedro de Sá** veio conversar sobre a sua obra literária, particularmente sobre o seu último romance – *Do outro lado do rio, há uma margem* – Chiado Editora.

No dia **7 de dezembro**, pelas 15,30 poderá ouvir **Manuela Castro Neves** falar das suas obras para crianças.

Professora do 1º ciclo, trabalha atualmente no apoio a crianças que se atrasam no percurso escolar; tem dado particular atenção à promoção do sucesso escolar em zonas de intervenção prioritária. Formadora de professores nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, com obras publicadas nestes campos.

Para Janeiro, está previsto:

Dia 12, às 15,30: **Miguel Horta:** Bibliotecas prisionais. O projeto “leituras em cadeias”.

Dia 26, às 15,30: **Conversa com Rui Filipe Nery:** Para uma história do fado



Mouraria dos Povos e das Culturas

Cerca de 30 professores participaram, dia 5 de novembro, numa iniciativa promovida pelo Grupo Escola Intercultural - uma visita guiada à Mouraria (num circuito sobre os povos e culturas que a moldaram e/ou aí habitam).

Esta a segunda iniciativa do Grupo, este ano letivo. A primeira ocorreu a 16 de abril – A Arte contra a discriminação – visita guiada às galerias de arte pública na Quinta do Mocho e na Quinta da Fonte.

Iniciativas que irão prosseguir. Para saber mais sobre a visita de 5 de novembro: <https://www.youtube.com/watch?v=fhKS9kR3djl>.

Formas de extinção do vínculo de emprego público (efetuada por motivos disciplinares)

Na sequência das últimas rubricas do “Consultório Jurídico” sobre a matéria em epígrafe, nesta vou tratar mais uma das formas de extinção da relação de emprego público, a saber: a decorrente da prática de infrações disciplinares. O respetivo regime jurídico encontra-se vertido no artigo 297º e seguintes da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho (doravante LTFP). De acordo com os referidos normativos, esta forma de extinção do vínculo de emprego decorre da prática de infração disciplinar que inviabilize a sua manutenção. O nº 3 do referido artigo 297º da LTFP elenca, de **forma exemplificativa**, quais os comportamentos do trabalhador que podem integrar o referido conceito sendo que a extensão do referido elenco impede que os enunciemos nesta rubrica. A aplicação desta grave sanção tem que ser obrigatoriamente precedida da instauração de procedimento disciplinar ao trabalhador que, no seu âmbito, tem o direito de se defender. De qualquer forma, o trabalhador também tem o direito de proceder à impugnação judicial do despedimento devendo, para o efeito, interpor a respetiva ação judicial, no prazo de um ano contado a partir da data de produção de efeitos da extinção do vínculo. Simultaneamente, também poderá pedir a suspensão do despedimento através de Providência Cautelar a interpor para o efeito no prazo de 30 dias contados também a partir da supra referida data.

No caso da sanção em questão virem a ser anuladas ou declaradas nulas, o órgão ou serviço é condenado a indemnizar o trabalhador por todos os danos que lhe foram causados (patrimoniais e não patrimoniais) e ainda a reconstituir a situação jurídico-funcional que teria caso a decisão da Administração não tivesse sido proferida. Para além dos referidos efeitos, o trabalhador ilegalmente despedido tem ainda direito a

receber a remuneração que deixou de auferir desde a data da produção de efeitos da aplicação da sanção até ao trânsito em julgado da decisão judicial e bem assim à correspondente contagem do tempo de serviço. O legislador prevê ainda que, em alternativa à referida reconstituição da sua situação jurídico-funcional pode optar, até à data da decisão judicial, pelo recebimento de uma indemnização, a fixar pelo tribunal, entre 15 e 45 dias por cada ano completo ou fração de exercício de funções, tendo em conta o valor da retribuição e o grau de ilicitude **mas sempre** com o valor mínimo correspondente a três remunerações base mensais.

Finalmente, é de esclarecer que à cessação dos contratos a termo se aplicam as regras gerais de cessação dos contratos. Contudo, tratando-se de despedimentos ilícitos a Administração é condenada:

“a) No pagamento da indemnização pelos prejuízos causados, não devendo o trabalhador receber uma compensação inferior à importância correspondente ao valor das remunerações que deixou de auferir desde a data do despedimento até ao termo certo ou incerto do contrato, ou até ao trânsito em julgado da decisão do tribunal, se aquele termo ocorrer posteriormente;

b) Na reintegração do trabalhador, sem prejuízo da sua categoria, caso o termo ocorra depois do trânsito em julgado da decisão do tribunal.”

Mais uma vez se alertam os docentes para contactarem o serviço de apoio a sócios do SPGL para obterem esclarecimentos complementares sobre esta matéria ou eventualmente para ser marcada consulta jurídica. ■



Boas Festas e Bom Ano

*Mas em 2017 não será o menino jesus
a dar-nos o que merecemos
será a nossa luta
a conquistá-lo!*